



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 076 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE JULHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 076

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

**Grande Expediente: Comemoração do
Bicentenário de Giuseppe Garibaldi**

Composição da Mesa 03

Palavras do Presidente 03

Proponente

Dep. Cida Borghetti 03

Oradores

Sr. Walter Petruziello

Pres. do Consulado Geral dos

Italianos do Exterior 04

Sr. Riccardo Battisti

Cônsul Honorário da

República da Itália 05

Agradecimentos 05

Expediente:

Ofícios 06

Telegramas 06

Mensagens 07

Indicações 12

Requerimentos 13

Projetos de Lei 17

Pequeno Expediente:

Dep. Teruo Kato 19

Dep. Tadeu Veneri 20

Dep. Luiz Eduardo Cheida 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

3ª Discussão 26

2ª Discussão 26

Discussão Única (Proposição) ... 27

Requerimentos 33

Encerramento da Sessão 35

DIÁRIO Nº 076

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA**

**ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JULHO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Belinati e Luiz Malucelli.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato,

Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Geraldo Cartário e Péricles de Mello (03).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Dr. Batista (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Grande Expediente:

Comemoração do Bicentenário de Giuseppe Garibaldi

Por proposição da Deputada Cida Borghetti, o Grande Expediente desta Sessão será destinado à comemoração do bicentenário de Giuseppe Garibaldi.

Composição da Mesa:

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

(Lê):

Exmo. Sr. Antonio Belinati, 1º Secretário; Exmo. Sr. Luiz Malucelli Neto, 2º Secretário; Presidente do Conselho Geral dos Italianos no Exterior e Suplente do Senado Italiano, Walter A. Petruzzello; Chefe do escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores no Paraná, Sérgio Couri, representando a Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Dra. Rosimari Dietrichs Pimpão; Exmo. Cônsul Honorário da República da Itália, Riccardo Battisti; Presidente da Sociedade Garibaldi, 78elso Luiz Gusso.

Palavras do Presidente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Minhas senhoras, senhores convidados; amigos; Srs. Deputados:

É um privilégio recebê-los aqui nesta Casa, e por proposição da Deputada Cida Borghetti que, ao longo dos anos, tem sido a Cônsul Honorária dentre os Deputados, e o país irmão, a Itália.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Proponente:

Passo, neste instante, a palavra à Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti

A SRA. CIDA BORGHETTI

Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Deputado Antonio Belinati, 1º Secretário desta Assembléia; Deputado Luiz Malucelli Neto, 2º Secretário.

Gostaria, neste momento, de saudar o Cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina, Riccardo Battisti; bem como, o Presidente da Sociedade Garibaldi, Celso Gusso e, em seu nome, gostaria de saudar o eterno Presidente da Sociedade, Vladimir Trombini, que é um cidadão brasileiro, italiano nato, mas que sempre se dedicou à colônia ítalo-brasileira. Quero saudar, em especial, meu amigo Presidente do CGIE - Conselho Geral de Italianos no Exterior, e suplente de Senador na Itália, Valter Petruzzello; e a Rosimari, como bem falou nosso Presidente, que representa o Ministério do Trabalho, nesta tarde; também representando o Itamarati, o Ministro está aqui conosco.

É uma honra poder receber a comunidade, a imprensa, meus colegas Deputados. Gostaria, também, de saudar o Presidente do COMITES, Gianluca Cantoni, no qual fui eleita para mandato até 2009. Fazemos parte, também, do COMITES. Quero saudar uma figura extraordinária, uma mulher que sempre lutou pela colônia italiana, a Luíza Bernardi, que está entre nós, está conosco nesta Casa; também o Carlos Madalozzo. Você e o Dr. Trombini me fazem muito lembrar meu falecido e saudoso pai, porque os 2 tinham amizade e afinidade. Quero saudar Dona Ana Borghetti Violani, representando a Sra. Fernanda Richa, 1ª Dama do município de Curitiba.

Esta é uma tarde em que homenageamos os 200 anos do nascimento de um personagem que faz parte da história do Brasil e, também, da Itália, Giuseppe Garibaldi.

(Lê):

“Todos os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Contudo essa igualdade de gênero só há pouco tempo faz parte da vida da mulher. Giuseppe e Anita Garibaldi foram precursores nessa luta de igualdade e a heroína tombou em combate, quando lutava em favor da unificação da pátria italiana. Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Aninha na adolescência, tornou-se Anita Garibaldi.

As convicções, os atos de bravura, a dedicação, a coragem e a fidelidade a um grande amor tornaram Anita Garibaldi ilustre no mundo inteiro - a heroína de 2 mundos. Todos os homens são importantes com suas histórias e destinos. Alguns homens, entretanto, protagonizam momentos históricos e revolucionários. Giuseppe foi um desses homens, cuja vida foi permeada por lutas destemidas. Ficou conhecido como o herói de 2 mundos, devido à sua participação em conflitos na Itália e na América do Sul.

Uma das mais notáveis figuras da unificação italiana, ao lado de Giuseppe Matzzini e do Conde de Cavour, Garibaldi dedicou sua vida à luta contra a tirania.

Nasceu em Nitzza, hoje Nice, na França, então parte do Reino da Sardenha-Piemonte. Após participar de um levante frustrado na Itália e ser condenado à morte, fugiu para a América do Sul. Dotado de uma coragem pessoal assombrosa, nada parecia ser-lhe impossível.

Fugindo da Europa em 1836, no Brasil lutou na Revolução Farroupilha (1837-40), e no Uruguai comandou a Legião Italiana durante o longo Cerco de Montevideu (1845-51). Retornando a sua velha pátria ainda desunida, com seus companheiros camisas vermelhas lutou por sua unificação, alcançada somente em 1861.

Nas suas memórias, de 1859, Garibaldi escreveu: “na América eu servi - e servi sinceramente - a causa dos povos. Assim fui adversário do Absolutismo.”

Garibaldi, em razão da sua personalidade obstinada, tornou-se o italiano mais famoso do mundo no século XIX. A sua vida já foi contada em filmes e em minisérie, sempre mostrando a força desse homem que não sucumbiu em nenhum momento da sua existência.

Ao conquistar a nação italiana a sua unidade em 1861, sentindo-se com a missão cumprida, como se fora um vulcão cuja lava secara depois de incontáveis erupções, ele retirou-se para a pequena Ilha de Caprera. Lá faleceu em 1882, 7 anos antes da República ser afinal proclamada no Brasil.

Nunca, todavia, Garibaldi esqueceu das aventuras passadas em meio a cavalaria riograndense, “a melhor do mundo”, como ele testemunhou, a brava gente que ele certa vez lamentou não dispor na Itália - de “uns 300 deles” - colocando mais facilmente os opressores dos povos a correr.

O 4 de julho de 2007 marca o bicentenário do nascimento de Giuseppe Garibaldi. Em 1837 e 1840 Garibaldi lutou na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, lado a lado com os combatentes Farrapos, liderados por Bento Gonçalves. Deixou o Rio Grande do Sul e estabeleceu-se em território Uruguio, já acompanhado de Anita, o amor da sua vida. Lá chefiou a Legião Italiana durante o longo Cerco a Montevideu, de 1845 a 1851. Retornou à Itália para lutar mais uma vez com seus companheiros camisas vermelhas pela unificação do país, que ocorreria, como já exposto, em 1861.

Garibaldi morreu na Ilha de Caprera em 1882, 33 anos depois de Anita, a brasileira que o amou e acompanhou em uma das mais emocionantes epopéias da humanidade. Rui Barbosa escreveu: “três amores deixou Deus aos homens: o amor à pátria, o amor à liberdade e o amor à verdade”. Para os organizadores de “Os Caminhos de Garibaldi na América”, estudar um vulto histórico de forma apaixonada não significa idealizá-lo ou colocá-lo num pedestal. Ao contrário, trata-se de encarar o mito, com todas as suas contradições. E isso só se torna possível com a soma de pontos de vista diversos, de especialistas e pesquisadores que investigaram a fundo, em contextos e ângulos diferentes, as muitas facetas do personagem. Nesse sentido, a vida de Giuseppe Garibaldi, sem dúvida, representa uma riqueza ilimitada.”

Obrigada!

Quero agradecer mais uma vez a presença dos meus colegas Deputados e Deputadas, a sua presteza, Deputado Nelson Justus, bem como aos demais membros do COMITES, meus colegas, à comunidade ítalo-paranaense e brasileira, a imprensa e os convidados, que se fazem presentes.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero convidar a Deputada Cida Borghetti, para que tome assento à Mesa.

Oradores:

Neste momento ouviremos o Sr. Walter Petruzzello, Presidente do Conselho Geral dos Italianos do Exterior e Suplente do Senado Italiano.

Sr. Walter Petruzzello - Presidente do Conselho Geral dos Italianos do Exterior e Suplente do Senado Italiano

O SR. WALTER PETRUZZIELLO

Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus; Exmo. Sr. 1º Secretário, Deputado Antonio Belinati; Exmo. Sr. 2º Secretário, Deputado Luiz Malucelli Neto; demais Deputados desta Casa; Exmo. Sr. Cônsul Geral da Itália, Dr. Ricardo Battisti, no seu nome cumprimento todas as autoridades do corpo consular deste estado; Exmo. Sr. Chefe do escritório de representação do Ministério de Relações Exteriores do Paraná, Sérgio Khury, representando as demais autoridades do Itamarati, a quem faço a minha saudação; Exma. Sra. Dra. Rosemary D. Pimpão, representando a Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no seu nome cumprimento todas as demais autoridades do Judiciário; Exmo. amigo Celso Gusso, no seu nome cumprimento todas as associações italianas e ítalo-brasileira deste estado, que são os sustentáculos da italianidade e da manutenção das tradições; caro Gianluca Cantoni, presidente do COMITES, circunscrição Paraná e Santa Catarina, no seu nome cumprimento os demais integrantes desse órgão; meus caros amigos, Vincenzo Cortezi, Presidente da Fundación Itália, minha saudação.

A Deputada Cida Borghetti me pega de surpresa ao colocar o meu nome no cerimonial, para falar nesta ocasião, mas não posso me furtar, mesmo porque ela me disse que eu não poderia falar mais do que 6 horas. Não sei se o jantar será servido antes ou depois, mas vamos tentar ficar dentro dessas 6 horas, Deputada.

Falar sobre Giuseppe Garibaldi não seria o caso, porque todos conhecem a sua história. A única coisa que eu acrescentaria é um dado curioso e que os livros de história não trazem.

Amanhã se comemoram os 200 anos do nascimento de Garibaldi, mas nos esquecemos de um detalhe histórico. Garibaldi morre em 2 de junho e não é por acaso que a data da República Italiana é 2 de junho. Garibaldi, que foi um lutador e um republicano, morreu em 2 de junho de 1882 e a República da Itália foi criada em 2 de junho de 1947. É uma coincidência e talvez, por isso os livros de história não fazem menção a esta dupla data. Uma feliz coincidência: Garibaldi que morre no dia 2 e a República Italiana que foi criada no dia 2. De modo que para mim ficaram marcadas essas duas datas. E trago isso apenas como um dado curioso e como uma coincidência, mas a qual eu não poderia deixar de mencionar.

De resto, me resta aqui agradecer ao Deputado Nelson Justus e à Deputada Cida Borghetti, e, em seu nome, a todos os demais Deputados pela acolhida que deram a esta comemoração que realmente não poderia passar em branco.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência tem a honra de conceder, neste instante, a palavra ao Cônsul Honorário da República da Itália - Riccardo Battisti.

Sr. Riccardo Battisti - Cônsul Honorário da República da Itália

O SR. RICCARDO BATTISTI

(Lê):

“Senhoras e senhores, boa-tarde.

Meu especial cumprimento a todos os Deputados e demais autoridades aqui presentes, à Presidente do Bloco Parlamentar Paraná-Itália, Deputada Cida Borghetti, e ao Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus.

É com grande satisfação que participo desta homenagem da Assembléia Legislativa em comemoração ao bicentenário do nascimento de Giuseppe Garibaldi. Na realidade, Garibaldi nasceu em Nizza em 4 de julho de 1870 e faleceu na Ilha de Caprera em 2 de junho de 1882.

Falar sobre a vida de Garibaldi não é uma tarefa fácil, pois tantos foram os feitos desse homem que essencialmente tornou-se um herói popular. Nasceu do povo, viveu com o povo e lutou pelo povo. Considerado uma das figuras fundamentais do resurgimento italiano, é conhecido também como o herói dos 2 mundos, pelos seus atos militares tanto na América do Sul como na Europa.

Homem do povo, chegou a assumir o mais alto cargo militar, a patente de General-de-Exército, a assumir encargos de chefia junto ao poder político, mas depois voltou para uma vida simples, entre os simples, cultivando a terra em Caprera, proprietário de um refeitório, enfim, afastou-se do luxo.

Na veste de marinheiro, encarnou o sentimento de aventura que tanto fascinava a burguesia européia do século XIX: busca de novas oportunidades em outras terras desde a América Latina, ao Oriente, a Europa.

Lutou ao lado de voluntários sempre por uma nobre causa, deu voz à inspiração de emancipação dos marginalizados, das vítimas do preconceito e do privilégio. Como líder denotamos um excepcional carisma, coragem, habilidade tática, abnegação e caráter inflexível ao perseguir seu objetivo, jamais se rendia diante dos obstáculos.

Desejo ressaltar um período da vida de Garibaldi passada aqui no sul do Brasil, em 1835, quando ancorou suas naves em Laguna para combater na resolução rio-grandense (Guerra dos Farrapos). Em Laguna, Garibaldi conheceu Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida depois como Anita Garibaldi, com que se casaria e que se tornaria sua companheira de lutas contra as forças imperiais na América do Sul e depois na Itália.

Enfim, o mito de Garibaldi se explica com o fato de que ele personificou os 4 momentos característicos do século em que viveu, ou seja: a nação, o povo, o voluntariado e o associacionismo. Deixou-nos a imagem de um homem livre, que viveu e lutou pela liberdade dos outros.”

Muito obrigado!

Agradecimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência agradece a presença de todas as senhoras, de todos os senhores e, sem dúvida nenhuma, por alguns minutos dignificaram ainda mais este Poder.

Temos procurado escancarar as portas da Assembléia Legislativa para a sociedade paranaense e é muito importante que tenhamos momentos especiais como este, onde juntos, da maneira mais singela e simples possível, prestamos a homenagem ao bicentenário de Giuseppe Garibaldi. Sem dúvida nenhuma, existirão outros eventos para comemoração desta data tão importante que a Assembléia Legislativa não poderá faltar a nenhum deles.

Quero cumprimentar de maneira muito especial a Deputada Cida Borghetti, como disse no início, a Embaixatriz da Itália neste Poder, pela brilhante idéia de fazer com que esta Casa prestasse neste dia esta justa homenagem.

Agradecer as autoridades aqui presentes, aos amigos aqui presentes, alguns que há tempo não via, como o caso do Fernando Miranda, Comendador Madalozzo, nosso amigo Mirko, Trombini e tantos outros, a nossa italiana, privilégio, realmente, recebê-los aqui, juntamente com o Gusso.

Com tristeza até, declaro encerrada esta homenagem e suspendo, por 5 minutos, esta Sessão para que passemos aos nossos cumprimentos.

Augúrii a todos.

Está suspensa a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob os nºs CTL/CC 152, 153, 154, 155, 158, 159 e 160/07 do Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

037/07: de autoria do Deputado Osmar Bertoldi que, dispõe que os bens públicos, placas, painéis e cartazes sinalizadores de obras públicas serão identificadas pelo brasão do estado ou pelo município, o qual convertido em Lei tomou o nº 15538. **Anote-se - Arquivo-se.**

049/07: de autoria do Deputado Fábio Camargo que, dispõe que a construção, ampliação, reforma ou adequação de edifícios públicos do estado do Paraná, incluindo a administração indireta, deve atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade em vigor, o qual convertido em Lei tomou o nº 15539. **Anote-se - Arquivo-se.**

370/07: de autoria do Poder Executivo que, aprova crédito no valor de R\$ 1.245.510,00, ao orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15540. **Anote-se - Arquivo-se.**

371/07: de autoria do Poder Executivo que, aprova crédito no valor de R\$ 3.935.000,00, ao orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15541. **Anote-se - Arquivo-se.**

084/07: de autoria do Deputado Jocelito Canto que, obriga o uso de lacres higiênicos na parte de fora das latas que contém bebidas de toda espécie oferecidas ao consumo da população, o qual convertido em Lei tomou o nº 15543. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/07: de autoria do Tribunal de Justiça que, cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15544. **Anote-se - Arquivo-se.**

214/07: de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Willian Soto Santiago, o qual convertido em Lei tomou o nº 15545. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 148/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo

inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 149/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 184/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 150/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 151/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 528/96, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 157/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 162/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 156/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 101/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000062/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.385,00 - pagamento de Sífilis.
- Nº 000063/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.805,00 - pagamento de Registro Civil e Nascimento.
- Nº 000064/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.047,70 - pagamento de Inibidor de Lactação.
- Nº 000065/MS/SE/FNS - valor de R\$ 117.280,00 - pagamento de Assistência Pré-natal.
- Nº 000066/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.380,00 - pagamento de AIDS.
- Nº 000067/MS/SE/FNS - valor de R\$ 613.155,55 - pagamento de Detecção Deficiência Auditiva.
- Nº 000068/MS/SE/FNS - valor de R\$ 225.060,54 - pagamento de Transplantes.
- Nº 000069/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.117,85 - pagamento de Queimados.
- Nº 000070/MS/SE/FNS - valor de R\$ 336.799,76 - pagamento de Neurocirurgia.
- Nº 000071/MS/SE/FNS - valor de R\$ 171.193,61 - pagamento de Gastroplastia.

- Nº 000072/MS/SE/FNS - valor de R\$ 25.820,30 - pagamento de Central Nacional de Regulação - CNRAC.

- Nº 000073/MS/SE/FNS - valor de R\$ 223.113,99 - pagamento de Angioplastia Endovascular.

- Nº 000100/MS/SE/FNS - valor de R\$ 605.229,47 - pagamento de Mutirão de Cirurgias Eletivas de Média Complexidade.

- Nº 000101/MS/SE/FNS - valor de R\$ 605.229,47 - pagamento de Mutirão de Cirurgias Eletivas de Média Complexidade.

- Nº 000102/MS/SE/FNS - valor de R\$ 18.030,60 - pagamento de Tuberculose.

- Nº 000103/MS/SE/FNS - valor de R\$ 327.198,50 - pagamento de Triagem Neonatal.

- Nº 000104/MS/SE/FNS - valor de R\$ 33.680,62 - pagamento de Terapia e Psicoterapia.

- Nº 000105/MS/SE/FNS - valor de R\$ 51.616,40 - pagamento de Reabilitação.

- Nº 000106/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.000,00 - pagamento de Rádio CNRAC.

- Nº 000107/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.575,60 - pagamento de Psicodiagnóstico.

- Nº 000108/MS/SE/FNS - valor de R\$ 29.620,00 - pagamento de Prótese Dentária.

- Nº 000109/MS/SE/FNS - valor de R\$ 327.973,47 - pagamento de Programa de Combate ao Câncer de Colo Uterino.

- Nº 000110/MS/SE/FNS - valor de R\$ 18.524,40 - pagamento de Patologia Clínica.

- Nº 000111/MS/SE/FNS - valor de R\$ 122.140,00 - pagamento de Humanização do Parto (Assistência Pré-natal).

- Nº 000112/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.636,60 - pagamento de Assistência Domiciliar.

- Nº 000113/MS/SE/FNS - valor de R\$ 23.112,00 - pagamento de AIDS.

- Nº 000114/MS/SE/FNS - valor de R\$ 129.824,88 - pagamento de Acompanhamento Pós-transplante.

- Nº 000115/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.704.984,10 - pagamento de Acompanhamento de Paciente.

- Nº 000116/MS/SE/FNS - valor de R\$ 704.783,33 - pagamento de Formação Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde.

- Nº 000383/MS/SE/FNS - valor de R\$ 215.916,50 - pagamento de Leucemia Mielóide.

- Nº 000384/MS/SE/FNS - valor de R\$ 22.153,32 - pagamento de Fisioterapia.

- Nº 000385/MS/SE/FNS - valor de R\$ 548.814,05 - pagamento de Acompanhamento de Saúde Mental.

- Nº 000386/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 - pagamento de Incentivo no âmbito do Programa Nacional de HIV, AIDS e outras DST.

- Nº 000387/MS/SE/FNS - valor de R\$ 580.300,00 - pagamento de Formação de Profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde.

Ao conhecimento da Casa.

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiro do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral - FUNPAR - Fundação da UFPR.

- Nº 000197/07/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.110,47 - pagamento de INTEGRASUS II.

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiro do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro.

- Nº 000255/MS/SE/FNS - valor de R\$ 9.873,17 - pagamento de INTEGRASUS II.

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiro do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha.

- Nº 000358/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.382,53 - pagamento de INTEGRASUS II.

Ao conhecimento da Casa.

Mensagens

MENSAGEM Nº 023/07

Curitiba, 27 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do artigo 11, da Lei nº 5515/67 e autorizar a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de Irrigação Noturna.

A agricultura familiar tem se firmado como um ente social e econômico cada vez mais importante na sociedade brasileira e em especial na paranaense, mostrando sua importância, principalmente quando trata da produção de alimentos.

No Paraná, a agricultura familiar está presente em 321 mil estabelecimentos agropecuários, 86% do total. Ocupa 1 milhão de pessoas que produzem cerca de 40% do valor bruto da produção estadual. Por fim, em muitos municípios paranaenses rurais, em que a agricultura familiar é mais forte, possuem alto nível de contribuição no VBP municipal, o que contribui para que a população local goze de melhores indicadores sociais de desenvolvimento, entre eles e IDH.

Nesse contexto, a agricultura familiar cumpre, também, um papel decisivo na grande maioria dos pequenos municípios, na medida em que contribui na dinamização das atividades econômicas locais, desempenhando inclusive atividades rurais não-agrícolas.

Assim sendo, é de fundamental importância a ampliação de oportunidades dentro das propriedades de base familiar, com a implantação de novas tecnologias, especialmente no que tange a uma mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades, o que certamente deverá contribuir para melhoria da ativi-

dade, aumento da produtividade e conseqüentemente da renda familiar, com redução de custos e o crescimento da atividade agropecuária, fixando o produtor familiar na atividade e evitando o êxodo rural.

O objetivo do projeto de lei adiante estruturado é fazer com que os beneficiários das linhas de crédito na modalidade PRONAF possam incrementar suas atividades com a implantação de sistemas de irrigação, beneficiando-se com a tarifa reduzida de energia elétrica.

Exemplificativamente, teríamos que, o interessado em financiar os equipamentos necessários destinados a irrigação, possa efetivar a contratação do crédito pela modalidade PRONAF, sendo que, somente arcará com juros da ordem de 1% ao ano, sendo que, o excedente em relação aos juros será equalizado pelo estado do Paraná com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, através da concessão de subsídio econômico.

Conforme já mencionado, o público alvo a ser atingido pela medida proposta está diversificado em variados segmentos do setor produtivo do estado do Paraná.

Subsidiar os juros do empréstimo destinado à aquisição de implementos, com vistas a contribuir para a expansão e a dinâmica da agricultura familiar, em todos os segmentos da exploração agropecuária é de suma importância social e econômica.

A Constituição Federal em seu artigo 187 ressalta que a política agrícola será planejada e executada de acordo com a lei, levando em consideração, especialmente, a eletrificação e a irrigação, senão vejamos:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

(...)

VII - a eletrificação rural e irrigação;

Nesta vertente, o Poder Público deve atuar de forma a incentivar a atividade agrícola, o que sabidamente é praticado pelos países desenvolvidos, os quais possuem esquemas de proteção a seus agricultores.

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a autorização legislativa se faz necessária para a implementação do programa proposto, viabilizando a utilização dos recursos disponíveis.

Denota-se, portanto, que os agricultores beneficiários do programa passariam a contar com um instrumento de fomento visando a melhoria de suas condições.

Assim, o agricultor terá condições de aumentar sua produtividade com baixos custos de financiamento, com reflexos positivos sobre toda a cadeia agrícola.

Em apertada síntese, a proposta consiste na adoção do sistema de equalização de juros e encargos financeiros, onde o valor financiado com os encargos contratuais é contratado na modalidade PRONAF, sendo o excedente aos juros de 1% ao ano arcados pelo estado do Paraná

com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Razões para implementação do projeto de lei:

- representa uma solução para minimizar problemas sócio-econômicos existentes em diversos segmentos produtivos no estado do Paraná;

- torna viável o cumprimento da obrigação assumida pelo produtor rural através dos benefícios concedidos;

- possibilita o acesso ao crédito ao produtor rural;

- possibilita ao produtor rural a melhoria em suas atividades;

- propicia a adesão ao Programa de Irrigação Noturna com o pagamento de tarifas diferenciadas.

Razões para a adesão dos produtores rurais ao projeto de lei:

- significa obter segurança em relação ao pagamento do saldo devedor em função das condições particulares do contrato;

- permite adequar a dívida à capacidade de pagamento;

- torna viável a reestruturação do produtor rural, podendo aperfeiçoar sua atividade produtiva.

Limites operacionais da linha PRONAF

- PRONAF C - até R\$ 6 mil, com direito a bônus de R\$ 700/produtor;

- PRONAF D - até R\$ 27 mil/produtor;

- PRONAF E - até R\$ 36 mil/produtor.

Prazo do financiamento

- Máximo até 10 anos, sendo 2 de carência e 8 de amortização.

Taxa de Juros

- PRONAF C - 3% a.a;

- PRONAF D - 3% a.a;

- PRONAF E - 7,25% a.a.

Entidades envolvidas

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

- EMATER;

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

- Instituto Ambiental do Paraná;

- Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

- Agência de Fomento do Paraná S/A, como gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

- Instituições Financeiras que operam PRONAF.

Beneficiários - Produtor rural

- Proprietário;

- Arrendatário;

- Parceiro;

- Ocupante;

- Meeiro;

- Assentado;

- Posseiro;

- Vileiro;

- Pescador e

- Condômino.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO				
Produtor	Características	Benefício	Ação do PIN	Responsável
Tipo 1	Produtor que já utiliza energia elétrica p/ irrigação e está operando adequadamente	Desconto tarifário - 21h30 às 06h00 (60 ou 70%) Entrada Serviço (poste e medidor): 24 meses sem juros	Vistoria Instalação de medidor	EMATER COPEL
Tipo 2	Produtor já irrigante que não utiliza energia elétrica ou necessita de adequações	Adequação do sistema de irrigação (proj. téc. e assist.) Desconto tarifário - 21h30 às 06h00 (60 ou 70%) Entrada Serviço (poste e medidor): 24 meses sem juros Rede Nova: subsídio até 200m e 50% no excedente Complemento: subsídio até 600m e 50% no excedente [200m (5300) + 600m (3400) + Transform. (8300) = R\$ 17.000,00] Financiamento a 1% ao ano	Vistoria Prévia PTI PTE Implantação da rede Instalação do medidor Crédito	EMATER EMATER COPEL COPEL COPEL Agência de Fomento
Tipo 3	Produtor que deseja iniciar a prática de irrigação	Adequação do sistema de irrigação (proj. téc. e assist.) Desconto tarifário - 21h30 às 06h00 (60 ou 70%) Entrada Serviço (poste e medidor): 24 meses sem juros Rede Nova: subsídio até 200m e 50% no excedente Complemento: subsídio até 600m e 50% no excedente [200m (5300) + 600m (3400) + Transform. (8300) = R\$ 17.000,00] Financiamento a 1% ao ano	Vistoria Prévia PTI PTE Implantação da rede Instalação do medidor Crédito	EMATER EMATER COPEL COPEL COPEL Agência de Fomento

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizada a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para instituições financeiras, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa de irrigação Noturna - PIN, na forma estabelecida em ato específico.

§ 1º O pagamento de equalização de taxas de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas de juros anuais praticadas nas operações celebradas na modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF entre o valor total dos encargos cobrados do tomador final do

crédito, de forma que este arque com o percentual de 1% ao ano a título de juros.

§ 3º As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em rubrica específica para esse fim, ou dos recursos já existentes no citado Fundo.

§ 4º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 5º O risco operacional será integral do agente financeiro.

Art. 5º São beneficiários do financiamento previsto no artigo 1º os produtores rurais, pessoas físicas ou jurí-

dicas, que satisfaçam os requisitos previstos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e que tenham aderido ao Programa de irrigação Noturna.

Parágrafo Único. Para a concessão da subvenção de que trata o artigo 1º, o produtor rural deverá estar adimplente com o estado, na forma do regulamento desta lei.

Art. 3º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta lei serão estabelecidos em ato específico, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará:

I - os produtores rurais contempláveis com a subvenção de que trata esta lei;

II - as condições operacionais gerais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção de que trata esta lei;

III - as condições para acesso aos benefícios previstos nesta lei, incluindo o rol dos itens financiáveis que serão contemplados com a subvenção e outras exigências técnicas pertinentes;

IV - os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com os recursos disponíveis para esta finalidade.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação desta lei.

Art. 6º Acrescenta a alínea 'h' ao art. 11 da Lei nº 5515/67, conforme redação a seguir:

“h) subvenção econômica.”

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 024/07

Curitiba, 27 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre autorização para concessão de subvenção com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, sob a modalidade de “equivalência em produto” em operações de crédito contratadas por produtores rurais.

A agricultura familiar tem se firmado como um ente social e econômico cada vez mais importante na sociedade brasileira e em especial na paranaense, mostrando sua importância, principalmente quando trata da produção de alimentos.

No Paraná, a agricultura familiar está presente em 321 mil estabelecimentos agropecuários, 86% do total.

Ocupa 1 milhão de pessoas que produzem cerca de 40% do valor bruto da produção estadual. Por fim, em muitos municípios paranaenses rurais, em que a agricultura familiar é mais forte, possuem alto nível de contribuição no VBP municipal, o que contribui para que a população local goze de melhores indicadores sociais de desenvolvimento, entre eles o IDH.

Nesse contexto, a agricultura familiar cumpre, também, um papel decisivo na grande maioria dos pequenos municípios, na medida em que contribui na dinamização das atividades econômicas locais, desempenhando inclusive atividades rurais não-agrícolas.

Assim sendo, é de fundamental importância a ampliação de oportunidades dentro das propriedades de base familiar, com a oportunização de novas tecnologias, especialmente no que tange a uma mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades, o que certamente deverá contribuir para melhoria da atividade, aumento da produtividade e conseqüentemente da renda familiar, com redução de custos e o crescimento da atividade agropecuária, fixando o produtor familiar na atividade e evitando o êxodo rural.

O objetivo do projeto de lei adiante estruturado é fazer com que os beneficiários das linhas de crédito na modalidade PRONAF tenham a segurança de, em eventuais diminuições do produto, possam utilizar-se de mecanismo de equiparação, fazendo com que a defasagem de preços decorrentes da comercialização da safra não tenha reflexo sobre o financiamento contratado, bem como, não leve o agricultor a ter dificuldades para manter-se adimplente para a instituição financeira concedente do crédito.

Exemplificativamente, teríamos que, na ocasião se esse montante fosse equivalente ou excedesse o valor da parcela do financiamento, não haveria a intervenção do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, mas, se o valor resultante da comercialização do produto fosse inferior ao valor da parcela, a diferença seria arcada pelo estado do Paraná através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Conforme já mencionado, o público alvo a ser atingido pela medida proposta está diversificado em variados segmentos do setor produtivo do estado do Paraná, em especial, àqueles que se enquadram no PRONAF.

Financiar o empréstimo solidário à aquisição de tratores e implementos, com vistas a contribuir para a expansão e a dinâmica da agricultura familiar, em todos os segmentos da exploração agropecuária.

A Constituição Federal em seu artigo 187 ressalta que a política agrícola será planejada e executada de acordo com a lei, levando em consideração, especialmente, os instrumentos creditícios e fiscais, bem como a compatibilização dos preços com os custos de produção e a garantia da comercialização, senão vejamos:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de

armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

Nesta vertente, o Poder Público deve atuar de forma a minorar o risco inerente a atividade agrícola, o que sabidamente é praticado pelos países desenvolvidos, os quais possuem esquemas de proteção a seus agricultores.

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, a autorização legislativa se faz necessária para a implementação do programa proposto, viabilizando a utilização dos recursos disponíveis.

Denota-se, portanto, que os agricultores beneficiários do programa passariam a contar com um instrumento de proteção contra quedas de preços no momento da comercialização da safra e pagamento do financiamento.

Assim, o agricultor terá conhecimento prévio do valor a ser pago ou a quantidade de produtos que necessita produzir para honrar seus compromissos.

Em apertada síntese, a proposta consiste na adoção do sistema de “equivalência em produto”, onde o valor financiado com os encargos contratuais é transformado em unidades do produto, e à época do pagamento do financiamento o agricultor tem que pagar, em dinheiro, o equivalente ao volume de produção explicitado em contrato multiplicado pelo preço médio do produto na ocasião, divulgado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, qualquer que fosse esse preço, sendo eventual diferença a menor em relação ao valor contratado subsidiada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Razões para implementação do projeto de lei:

- representa uma solução para minimizar problemas sócio-econômicos existentes em diversos segmentos produtivos no estado do Paraná;

- torna viável o cumprimento da obrigação assumida pelo produtor rural através dos benefícios concedidos;

- possibilita o acesso ao crédito ao produtor rural;
- possibilita ao produtor rural a reconversão, diversificação, integração e competitividade.

Razões para a adesão dos produtores rurais ao projeto de lei:

- significa obter segurança em relação ao pagamento do saldo devedor em função das condições particulares do contrato;

- permite adequar a dívida à capacidade de pagamento;

- torna viável a reestruturação do produtor rural, podendo aperfeiçoar sua atividade produtiva;

- proporciona a garantia de quitação da dívida no novo prazo acordado; e

Limites operacionais da linha PRONAF

- PRONAF C - até R\$ 6 mil, com direito a bônus de R\$ 700/produtor;

- PRONAF D - até R\$ 27 mil/produtor;

- PRONAF - até R\$ 36 mil/produtor.

Prazo do financiamento

- Máximo até 10 anos, sendo 2 de carência e 8 de amortização.

Taxa de Juros

- PRONAF C - 3% a.a;

- PRONAF D - 3% a.a;

- PRONAF E - 7,25% a.a.

Entidades envolvidas

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

- EMATER;

- Agência de Fomento do Paraná S/A, como gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

- Instituições Financeiras que operam PRONAF.

Beneficiários - Produtor rural

- Proprietário;

- Arrendatário;

- Parceiro;

- Ocupante;

- Meeiro;

- Assentado;

- Posseiro;

- Vileiro;

- Pescador e

- Condômino

Modalidade

- Crédito de investimento ao produtor ou em parceria.

Amortização do financiamento

- Pagamento anual do principal e juros.

Impactos da medida:

- proporciona segurança ao agricultor;

- evita o êxodo rural;

- possibilita acesso ao crédito;

- fomenta a atividade agrícola estado;

- propicia a retomada de investimentos por parte dos agricultores;

Síntese da proposta

Objetivo Final

A adoção do sistema de “equivalência em produto”, onde o valor financiado com os encargos contratuais é transformado em unidades do produto, e à época do pagamento do financiamento o agricultor tem que pagar, em dinheiro, o equivalente ao volume de produção explicitado em contrato multiplicado pelo preço mínimo do produto na ocasião, qualquer que fosse esse preço, sendo eventual diferença subsidiada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizado a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE sob a modalidade de “equivalência em produto” em operações de crédito contratadas com instituições oficiais, na forma estabelecida em ato específico.

§ 1º A “equivalência em produto” será calculada mediante divisão do valor total do crédito concedido, acrescido dos encargos financeiros na data da contratação, pelo preço mínimo vigente definido pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

§ 2º O valor do produto, quando da liquidação do débito, será equivalente ao preço médio anual recebido pelo produtor no estado do Paraná, definido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 3º A liquidação do débito pelo critério de “equivalência em produto” não excluirá o pagamento de juros e outros encargos estabelecidos contratualmente.

Art. 2º Na liquidação do débito pelo critério de “equivalência em produto”, a subvenção econômica consistirá na diferença eventualmente verificada entre o valor do financiamento calculado de acordo com os critérios contratuais e o valor calculado pelo critério constante no parágrafo 1º do artigo 1º da presente lei, multiplicado pelo preço médio recebido pelo produtor no estado do Paraná conforme parágrafo 2º do artigo 1º.

Parágrafo Único. A subvenção de que trata esta lei abrange somente as operações celebradas na modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e as operações celebradas pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 3º As despesas com a subvenção econômica de que trata esta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em rubrica específica para esse fim, ou dos recursos já existentes no citado Fundo.

Art. 4º A subvenção econômica somente será concedida se atendidas as seguintes condições:

I - existência de financiamento enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ou contratado com a Agência de Fomento do Paraná S/A;

II - o produtor rural deverá estar adimplente com o estado, na forma do regulamento desta lei.

Parágrafo Único. O risco operacional será integral do agente financeiro, sendo de responsabilidade do estado o pagamento da subvenção apenas na hipótese prevista no artigo 2º.

Art. 5º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção econômica de que trata esta lei serão estabelecidos em ato específico, espe-

cialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da “equivalência em produto”.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará:

I - os produtores rurais contempláveis com a subvenção de que trata esta lei;

II - as condições operacionais gerais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção de que trata esta lei;

III - as condições para acesso aos benefícios previstos nesta lei, incluindo o rol dos itens financiáveis que serão contemplados com a subvenção e outras exigências técnicas pertinentes;

IV - os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com os recursos disponíveis para esta finalidade.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação desta lei.

Art. 8º Fica a Agência de Fomento do Paraná S/A, para o cumprimento do que trata esta lei, autorizada a celebrar operações de crédito utilizando-se dos encargos financeiros equivalentes ao do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 197/07

SÚMULA:

Indica ao Ministro de Estado da Educação sugerindo àquela autoridade a possibilidade de atendimento à reivindicação dos Vereadores do município de Pitanga, cuja cópia segue anexa.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições contidas no artigo 127 do Regimento Interno, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Educação, Exmo. Sr. Dr. Fernando Haddad, sugerindo ao mesmo atendimento à reivindicação da Câmara Municipal de Pitanga.

Trata-se de solicitação para que o Ministério da Educação contemple a região central do Paraná no Projeto de Expansão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, com a instalação de um *campus* no município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, indica o Deputado Valdir Rossoni como membro titular e o Deputado Marcelo Rangel como membro suplente da Comissão Especial de Investigação sobre gastos do estado com comunicação.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nº 134/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana, do Projeto de Lei nº 196/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira e do Projeto de Lei nº 235/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que tratam da substituição de sacos, sacolas e embalagens plásticas por material biodegradável.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a realização do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 - com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel, no dia 11 de julho de 2007, às 14h30, no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, regimentais e prerrogativas parlamentares REQUEREM ao Presidente, após ouvido o Plenário, sejam determinadas as providências necessárias à formalização da renúncia que ora fazem, em caráter irrevogável e irretratável, de sua adesão ao PREVIPAR - Plano de Previdência Suplementar dos Deputados Estaduais, desautorizando desde logo, o desconto em folha do percentual de 15,55% de seus vencimentos mensais.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, PROFESSOR LUIZÃO, ROSANE FERREIRA, ELTON WELTER e BETI PAVIN.

REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM ao Presidente, após ouvido o Plenário, sejam declinados os nomes dos subscritores ao Projeto de Lei Complementar nº 593/06, presente na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, DURVAL AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI, CARLOS SIMÕES e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja realizada uma Audiência Pública no dia 12 de julho na Câmara Municipal de Ponta Grossa, às 15h00, para debate sobre questões de saúde pública em Ponta Grossa e a região dos campos gerais.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Marcelo Rangel

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Jurandir Alfaia dos Santos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angelina Baptista Gabardo, aos 79 anos de idade, ocorrido em 20 de junho do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Conrade, aos 73 anos de idade, ocorrido em 23 de junho do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maurício, aos 56 anos de idade, ocorrido em 21 de junho do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1944

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Atalaia, pela passagem, no próximo dia 28 de julho, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Carlos Gilio, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Nilson Aparecido Martins bem como todos os senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Atalaia.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Atalaia irá comemorar, no próximo dia 28 de julho, mais um aniversário de sua emancipação política.

A cidade de Atalaia é fruto de um projeto vitorioso do desenhista Geraldo Brook, que pertencia ao quadro de funcionários da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa que idealizou, projetou e viabilizou inúmeros municípios na vasta região compreendida entre os rios Paranapanema, Ivaí e a fronteira do estado do Mato Grosso do Sul.

A História registra que o primeiro movimento, com ideais de colonização do lugar deu-se em janeiro de 1950. As primeiras famílias a estabelecerem-se na localidade foram as de José Amara, José Joaquim Rodrigues, Manuel Augusto da Silva, Vicente Marques de Farias, Joaquim Alves de Resende, Manuel Rodrigues Pereira, Luiz Ciccotti e José Garcia Filho.

No início do povoamento, Atalaia aparecia com território pertencente ao município de Mandaguari, que abrangia extensa área e, em 1951, com a criação do município de Nova Esperança, passa à sua jurisdição.

Em 14 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual n° 1524, o núcleo Atalaia foi elevado à condição de distrito administrativo no município de Nova Esperança.

Pela Lei n° 4245, de 25 de julho de 1960, foi criado o município de Atalaia com território desmembrado de Nova Esperança. A instalação oficial deu-se no dia 15 de novembro de 1961.

O município de Atalaia, que atualmente tem sob seu comando o Prefeito Antonio Carlos Gilio, e sua eficiente equipe de trabalho, vem realizando com dedicação, segurança, e espírito de luta, uma admiração correta em todos os sentidos, sendo, portanto, merecedor do nosso aplauso e reconhecimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas às autoridades constituídas do município de Atalaia, e à população em geral, na festiva data da comemoração de seus 47 anos de emancipação política e administrativa.

REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Dr. Roberto Requião, no sentido de determinar aos órgãos competentes, fazerem constar no próximo edital de concorrência sobre os ferry-boat, na travessia de Matinhos e Guaratuba, a proibição de circulação de carretas e caminhões, devendo ser excluídas da presente proposição, as carretas e caminhões transportadores cuja mercadorias tenham destino final ou origem no município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sem distinção de qualquer natureza é meramente reforçativa a sugestão do requerimento que estamos apresentando, para que S. Exa. o Sr. Governador Dr. Roberto Requião, determine para que conste no próximo edital de concorrência sobre os ferry-boat na travessia de Matinhos e Guaratuba, a proibição de circulação de carretas e caminhões, devendo ser excluídas da passagem dos ferry-boat carretas e caminhões que transportarem mercadorias que tenham sido produzidas no município do litoral e que tenham destino final ou origem no município de Guaratuba.

Esperamos a aprovação dos nobres sras. e srs. Deputados.

REQUERIMENTO Nº 1948 “A”

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma da Constituição do Estado do Paraná, Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e artigo 39 da Lei Complementar nº 113/05 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, requer o envio da presente consulta ao Tribunal de Contas do Paraná nos termos a seguir mencionados, sobre a elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos municipais integrantes do magistério. A consulta aqui formulada respeita os exatos termos da solicitação encaminhada pela entidade sindical que representa os servidores do magistério do município de Araucária.

“O município de Araucária está em processo de elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do magistério municipal, e ocorre um impasse nas negociações entre a administração municipal e a categoria, referente à paridade e isonomia dos vencimentos de professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, e os professores que atuam nas séries finais do ensino fundamental.

A carreira do magistério municipal de Araucária foi regulamentada por meio da Lei Municipal nº 673/86, que no artigo 5º, previa 3 níveis de atuação: nível I, de pré a 4ª séries; nível II, de 5ª a 8ª séries; e nível III, de 2º grau. Cada nível possuía 6 classes salariais paritárias e isonômicas, de A a F, conforme formação e habilitação (grifo nosso), escalonadas do magistério (classe A), magistério com adicionais (classe B), licenciatura curta (classe C), licenciatura curta com adicionais (classe D), licenciatura plena (classe E), mestrado e doutorado (classe F), com fulcro no espírito da Lei Federal nº 5692/71, que no artigo 39 preconizava que *Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem.*

A nova LDB - Lei Federal nº 9394/96, manteve o espírito da 5692/71, e consagrou a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação (Artigo 67, inciso IV), estabelecendo ainda a formação prioritariamente em nível superior (grifo nosso) facultando a *excepcionalidade da formação de nível médio* (artigo 62).

A Resolução nº 003/97, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que fixa diretrizes para os novos planos de Carreira e de Remuneração para o magistério dos estados, do distrito federal e dos municípios, no artigo 5º dispõe que *Os sistemas de ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei nº 9394/96, envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.*

A mesma resolução ratifica que a remuneração dos professores levará em conta os *níveis de titulação, sem que a atribuída aos portadores de diploma de licenciatura plena ultrapasse em mais de 50% (cinquenta por cento) a que couber aos formados em nível médio.* (Artigo 6º, inciso V).

A Resolução nº 001/03, também da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que *Os sistemas de ensino, de acordo com o quadro legal de referência, devem respeitar em todos os atos praticados os direitos adquiridos e as prerrogativas profissionais conferidas por credenciais válidas para o magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, de acordo com o disposto no artigo 62 da Lei nº 9394/96.*

Diante destas regulamentações em nível federal, o município promoveu algumas alterações no Estatuto do Magistério Municipal por meio da Lei Municipal nº 1624/05, condensando no artigo 4º a atuação e a formação/habilitação/titulação: Art. 4º *O Quadro Próprio do Magistério compõe-se de 02 (duas) classes, de acordo com a formação.* (grifo nosso).

a) CLASSE E: profissionais que exerçam atividades de docência na educação infantil e nas séries iniciais, com licenciatura plena ou normal superior, com formação para magistério e os profissionais que exerçam atividades de docência de 5ª à 8ª séries, com habilitação de licenciatura plena na disciplina, e pedagogos em atividades de suporte pedagógico (grifo nosso), devendo todos os cursos serem reconhecidos pelo MEC.

b) CLASSE F: profissionais que exerçam atividades de docência e suporte pedagógico, com formação em nível de Mestrado ou Doutorado (grifo nosso), devidamente reconhecidos pelo MEC e desde que relacionados à sua docência e suporte pedagógico.

§ 1º As classes A, B, C e D da Lei Municipal nº 673/86 ficam em extinção.”

As divergências quanto à elaboração de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos situam-se em torno da jurisprudência em torno da questão no próprio município.

De um lado, no Processo nº 178/96, o então Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Araucária, Darcy Gonçalves Bartapelli, julgou procedente mandado de segurança impetrado pela professora Maria Helena Saad Inckot, diante do indeferimento do município em lhe conceder o avanço por habilitação/formação.

Àquela época o Juiz decidiu que não se encontra na lei específica mencionada, qualquer óbice que impossibilite a alteração de classe pleiteada pela impetrante. Assim, se ela já ingressou no magistério de Araucária satisfazendo a condição para a promoção vertical, vencido o período do estágio probatório de 02 anos, têm ela direito líquido e certo à alteração almejada e o indeferimento por parte da administração importa violação desse direito. (grifo nosso)

Essa decisão foi mantida nas instâncias superiores e estendida a outros professores na mesma situação em 1997.

Por outro lado, esse egrégio Tribunal ora consultado, no Processo 171539/06, exarou o Acórdão de nº 853/06, sobre consulta feita pelo município de Araucária referente à promoção de professores que ingressaram na classe A, do nível de atuação I, para a classe E do mesmo nível de atuação da Lei Municipal nº 673/86, mas levado a entender que se tratava de outro nível de atuação, mesmo contrariando toda legislação federal sobre a progressão na carreira com base na titulação/habilitação, e sem, a nosso juízo, aprofundar-se sobre a regulamentação da carreira no município, definiu que a classe A e a classe E do quadro do magistério, a que se refere a consulta, possuem diferentes critérios de ingresso. Não estão escalonados de sorte a permitir a promoção. Ao contrário, são estanques. A única forma admissível de ingresso na referência E é o concurso público. Não importa o nome que se dê ao procedimento: transposição, acesso, promoção, alteração de nível, etc... Da forma como foi exposta a questão, *há flagrante inconstitucionalidade na prática, que fere o princípio da acessibilidade a cargos públicos, pela via do concurso (37, II, da CF 88).* Esta decisão não se atentou, salvo melhor juízo, ao fato de que o nível de atuação I tem progressão que vai da classe A a classe F na Lei Municipal nº 673/86, com remuneração isonômica para professores que atuam nos níveis I e II, conforme preconizava a Lei Federal nº 5692/71, não havendo transposição de cargo.

Este acórdão do TC também serviu de base para o Juiz Luiz Cláudio Costa, da comarca de Araucária, julgar em primeira instância pela improcedência do mandado de segurança impetrado por um grupo de professores que tiveram negado o avanço da classe A para a classe E, no processo nº 833/06: *Também não pode ser desconsiderado o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado, que entende ser inconstitucional a acessibilidade a cargos públicos no quadro do magistério sem a realização de concurso público.*

A polêmica gira em torno da defesa da ascensão na carreira por meio da formação/habilitação/titulação, não

importando o nível de atuação, e a interpretação de que ascender na carreira por formação/habilitação/titulação configura-se em acesso a outro cargo público na carreira do magistério.

Diante do exposto, e representando o magistério municipal, vimos consultar esse egrégio Tribunal, por intermédio de nossos representantes do Legislativo Estadual, se existe algum impedimento legal de que o Plano de Vencimentos dos Cargos da Carreira do Magistério Municipal seja elaborado com vencimentos isonômicos e paritários para professores com o mesmo nível de habilitação/titulação/formação que atuem em níveis diferentes: na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, ou nas séries finais do ensino fundamental, bem como para o enquadramento dos professores que já fazem parte do quadro próprio do magistério municipal e a sua ascensão profissional.

Certos de termos reformada essa interpretação, que inúmeros prejuízos trouxe a professores do magistério municipal de Araucária, que têm investido em sua formação superior e não têm tido sua titulação e habilitação reconhecida diante deste acórdão exarado por este egrégio Tribunal, que tornou a LDB (Lei Federal 9394/96), em seu artigo 67, inciso IV, letra morta em nosso município, com graves repercussões no ânimo dos professores e conseqüentemente em seu desempenho junto aos alunos”.

Requer à Mesa Executiva que a consulta seja encaminhada ao Tribunal de Contas do Paraná pelo meio mais célere.

Ao Tribunal de Contas requer seja respondida a consulta para que possa orientar a elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Municipal de Araucária.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A presente consulta resulta de solicitação encaminhada pela entidade representativa dos servidores do magistério municipal de Araucária.

A entidade faz a consulta por meio desta Casa de Leis, em razão da falta de legitimidade jurídica para encaminhar diretamente ao órgão auxiliar do Poder Legislativo.

A Assembléia Legislativa é parte legítima para formular tal questionamento, conforme consta do artigo 39 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná - Lei Complementar nº 113/05.

Art. 39. Estão legitimados para formular consulta:

I - no âmbito estadual, Governador do Estado, Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente da Assembléia Legislativa, Secretários de Estado, Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral do Estado, dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo estado e conselhos constitucionais e legais, conforme previsto em Regimento Interno;

Pede deferimento.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 480/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ministério Melhor Viver, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ministério Melhor Viver, foi fundada em 14 de dezembro de 2004, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidades promover a ação social, a orientação e apoio ao sócio familiar, auxiliar famílias de baixa renda em suas alimentações, ensinar princípios morais, cívicos, éticos, cidadania, fortalecer os vínculos familiares, auxiliar no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, colaborar na reabilitação de pessoas vítimas da dependência de substâncias psicoativas e álcool, bem como promover ações que apóiem vítimas de violência e discriminação.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação Ministério Melhor Viver, no município de Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI Nº 481/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a realização de palestra e oficinas sobre prevenção às drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), nas atividades das escolas da rede privada de 1º e 2º graus do Paraná

Art. 2º As palestras e oficinas deverão ter finalidades preventivas, educativas e de promoção do desenvolvimento psicossocial do jovem, pois serão dirigidas aos alunos da rede particular de ensino, respectivos pais ou responsáveis e à comunidade.

Art. 3º Caberá a cada escola, em parceria com a Coordenadoria Estadual Antidrogas, bem como os conselhos municipal e estadual da área em referência, Secretaria Estadual de Saúde e Organizações Não Governamentais (ONGs), para a adequação da metodologia do processo, podendo firmar acordos de cooperação técnica com os Conselhos Municipal e Estadual de

Antidrogas e Organizações Não Governamentais, para a contratação de agentes de saúde e profissionais da área da educação, com a formação específica na área de prevenção de drogas, para atuarem como palestrantes, com apoio do corpo docente da escola.

Art. 4º As escolas da rede privada do Paraná de 1º e 2º graus deverão inserir em suas atividades curriculares, oficinas, filmes dinâmicas de grupo, debates e palestras de prevenção ao uso de drogas, alertando quanto ao uso, conseqüências, tipos de dependências, bem como os respectivos comprometimentos físicos, psicológicos, familiares e sociais, através de métodos didáticos pedagógicos.

I - será imprescindível que os palestrantes sejam profissionais especializados, com conhecimento de causa e experiência na área, podendo ser professores da própria escola e/ou profissionais da área de saúde, devidamente orientados, para a realização das atividades de prevenção às drogas;

II - as atividades e programas oriundos desta área deverão ter coordenação de psicólogos, a fim de orientar os jovens usuários e não-usuários de entorpecentes, bem como a família, sobre esta problemática e também a atuação de psicopedagogos, para avaliar se o comprometimento do jovem com o vício das drogas, não está influenciando no seu rendimento escolar;

III - as palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA, serão inseridas na grade curricular da escola, sendo consideradas, como disciplina complementar passível de nota; alternativamente, a escola poderá utilizar como disciplina, o nome de um dos temas transversais, citado nos parâmetros curriculares nacionais, cujo nome é Educação para a Saúde ou inserir o conteúdo acima mencionado, em uma das disciplinas já existentes, como educação física ou biologia, as quais neste caso, sofrerão alterações em seu conteúdo programático, porém, sem alterar a essência da disciplina.

Art. 5º O público alvo será composto de alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e ensino médio respectivamente, pais de alunos em geral e professores, caso necessário as palestras e oficinas poderão ser estendidas às comunidades, visando melhor efetividade dos eventos.

Parágrafo Único. Será imprescindível que a escola tenha em suas dependências internas, uma Ouvidoria para Assuntos Especiais, para atender alunos, pais e professores, com a finalidade de orientação educativa, no que tange ao assunto prevenção de drogas e DST/SIDA, e com profissionais qualificados e preparados para executar referidas atividades.

Art. 6º A programação deverá envolver os pais ou responsáveis, como estratégia de continuidade e alerta ao consumo de entorpecentes, através de mesa redonda, ou a forma que julgarem adequada, bem como a realização de mini-cursos de formação na área de prevenção às drogas e na área da saúde, ficando este trabalho a critério dos

palestrantes e psicólogos, com o apoio da coordenação pedagógica da escola, já que esta possui o conhecimento da comunidade escolar da qual está inserida.

Parágrafo Único. Poderão ser envolvidas as associações de pais e professores, Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como organizações comunitárias interessadas, visando a congregação de esforços e recursos para o alcance dos objetivos.

Art. 7º Caberá, às escolas da rede privada, a elaboração de relatórios e documentos inerentes ao assunto, os quais serão encaminhados aos Conselhos Municipal e Estadual Antidrogas, para fins de controle e avaliação, realimentando novas estratégias de diretrizes de ação.

Art. 8º As palestras e oficinas de prevenção às drogas serão continuadas, sendo realizadas pelo menos uma vez por semana, por turma.

§ 1º As turmas serão divididas por módulos, nos quais estão previstos a participação de grupos teatrais, que abordarão temas relativos à prevenção de drogas e DST/SIDA, para alunos, pais, professores, integrando a cultura, o entretenimento, divulgando os efeitos trazidos pelo uso de substâncias tóxicas, na sociedade e no meio familiar.

§ 2º Todo este trabalho deverá ter acompanhamento pedagógico, objetivando eliminar possíveis falhas na obtenção de resultados positivos, que serão transformados em dados estatísticos, questionários, relatórios periódicos.

Art. 9º Os professores interessados em proferir as palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA, deverão realizar um treinamento específico, para abordar o tema.

Art. 10. A coordenação pedagógica da escola, em parceria com os especialistas no assunto, elaborarão os planos de aula e de ação, que serão aplicados na escola durante o ano letivo, embasados na proposta de intervenção comportamental-educativa, que visará a promoção do desenvolvimento psicossocial do jovem.

Art. 11. Os materiais didáticos a serem utilizados pelas escolas, serão avaliados pela Coordenadoria e Conselhos Municipal e Estadual Antidrogas, direção geral e departamento pedagógico da escola e, onde houver o Conselho Municipal de Entorpecente, este terá autonomia para avaliar o material didático atiente.

Parágrafo Único. É facultado à escola utilizar o material didático elaborado pela Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, o qual é especificamente direcionado, a pais, alunos, professores e comunidade.

Art. 12. Será imprescindível que a escola aplique os princípios de prevenção adequados, que podem abranger os seguintes aspectos:

I - a preocupação com as crianças, pré-adolescentes e adolescentes, ou seja, a identificação daquelas que podem ter dificuldades e desajustes em função da problemática das drogas;

II - a adaptação da instrução às diferenças individuais, possibilitando a satisfação dos interesses e das necessidades dos alunos;

III - a planificação do aconselhamento e da orientação;

IV - a direção adequada da classe, realizando um programa construtivo de prevenção às drogas e DST/SIDA para alunos, pais e professores, consistente e inteligente;

V - o desenvolvimento de métodos eficazes de trabalho e de estudo;

VI - a realização de um programa de atividades para a prevenção às drogas fora do âmbito da sala de aula;

VII - o aperfeiçoamento periódico do método didático empregado condizente com a realidade social;

VIII - a atenção à educação para a saúde, integrando efetivamente a educação no processo de conscientização social sobre prevenção às drogas e DST/SIDA, fazendo interagir alunos, pais, a comunidade e o Poder Público em todas as esferas da sociedade.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a proposta encaminhada pelo Instituto Internacional de Prevenção às Drogas-IIPDROG, através de seu Presidente Antonio Carlos Basílio da Silva, demonstra a preocupação quanto ao consumo de drogas e propõe um trabalho de prevenção às drogas e DST/SIDA junto às escolas da rede pública e privada e na comunidade paranaense.

O avanço no consumo de drogas, tem gerado graves conseqüências à saúde física e psicológica das crianças e adolescentes, bem como sérios comprometimentos à família, aos jovens e à sociedade.

Considerando que a rede pública estadual de ensino já possui legislação estadual específica para obrigatoriedade da realização de palestras sobre prevenção às drogas, através da Lei Estadual nº 11273/95.

Considerando que as escolas são alvos constantes de traficantes e pessoas inescrupulosas para o comércio de drogas e entorpecentes e que a falta de esclarecimentos e informações inerentes ao assunto, podem acarretar o envolvimento de inocentes, propõe-se criar mecanismos de prevenção e formação quanto ao uso de drogas, para minimizar as repercussões negativas, do ponto de vista familiar e social.

Considerando que o material didático-pedagógico elaborado pela Secretaria Nacional Antidrogas-SENAD, para comunidade, pais, alunos e professores, é

de altíssima qualidade, podendo ser utilizado como referência pedagógica para as escolas da rede privada do Paraná.

A prevenção inicia-se a partir da família, passando pela informação-educação dos pais, não devendo limitar-se ao tema da dependência das drogas, pois os pais podem realizar um trabalho importante por meio do exemplo pessoal, buscando um clima de comunicação na família, utilizando a negociação na resolução dos conflitos familiares, atuando pelo crescimento pessoal dos filhos, controlando e orientando sua educação, buscando e passando informações, ocupando-se de seu lazer, participando de campanhas de prevenção na comunidade, educando o jovem para a responsabilidade e acompanhando o seu rendimento escolar.

A escola possui idoneidade institucional suficiente para coordenar um trabalho educacional eficaz com fins de prevenção ao consumo de drogas e DST/SIDA e com acompanhamento pedagógico, através da intervenção comportamental-educativa e preventiva.

Justifica-se então, o presente projeto de lei, através da criação da obrigatoriedade da realização de palestras e oficinas de prevenção às drogas e DST/SIDA nas escolas da rede privada, cujas finalidades vêm preencher um hiato existente no tocante à sistematização de atividades desta natureza, visando a prevenção do consumo de entorpecentes, através da prestação de informações e de um trabalho conjunto com a comunidade, pedagogicamente orientado com grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 482/07
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a vila da COPEL à sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.07.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista o currículo do homenageado que, além de advogado brilhante, foi Prefeito Municipal de Clevelândia (por 2 mandatos consecutivos, de 1951-1959) e Deputado Estadual do Paraná nas legislaturas 1963-1966 e 1967-1970, tendo ocupado ainda diversos cargos públicos relevantes, tendo falecido em 16 de janeiro de 1984.

Anexa-se à presente, resumo do currículo do homenageado, constante de várias reportagens e publicações.

Por todo esse histórico de serviços prestados ao Paraná, justa a homenagem proposta ao grande paranaense que foi Sinval Martins Araújo, cuja memória poderá

ser perpetuada com a denominação do logradouro público ora proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Neste final de semana, estive em Paranavaí reunido com a Câmara Técnica de Educação, aonde trocamos idéias e estabelecemos um debate a respeito do que acontece hoje com o nosso ensino fundamental. Na semana passada, foi divulgado pela imprensa, um trabalho feito pelo MEC, onde foi feita uma avaliação das escolas públicas aqui no Brasil, inclusive foi divulgado que aqui no estado do Paraná, dentre as 10 piores escolas do Brasil, 4 eram do Paraná.

Na verdade, ao aprofundarmos na análise dos números, verificamos que houve na verdade, uma inversão: aonde deveria constar o índice de aprovação, foi colocado o índice de repetência, portanto, jogando os indicadores para baixo e colocando essas nossas escolas como as piores do Brasil. Logicamente que os índices apurados das nossas escolas não são índices dos quais podemos nos orgulhar, mas com certeza aqui no Paraná o ensino público vem sendo desenvolvido de uma forma que nessa própria avaliação do MEC, o Paraná aparece em 3º lugar no índice de desenvolvimento do ensino básico, ficando de 1ª a 4ª somente atrás de São Paulo e do distrito federal e de 5ª a 8ª, fica atrás de São Paulo e de Santa Catarina.

Portanto, o estado vem fazendo o seu trabalho, porém quero ressaltar que muito ainda temos que fazer pela educação, principalmente a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. temos uma triste constatação de que os alunos do ensino médio, pouco mais de 52% conseguem concluir o seu curso. Esse índice, Deputado Dobrandino, para nós é muito triste. Como é que vamos pensar num país de futuro, de progresso, de desenvolvimento, se os nossos alunos concluem o ensino médio muitas vezes sem sequer saber ler ou interpretar um texto?

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para levantar essa questão da educação, para que possamos formar uma frente, um pacto que venha realmente encarar a educação como uma questão fundamental para a solução de muitos problemas que têm sido debatidos aqui todo dia. Problemas na saúde, problemas de delinquência, problemas na falta de emprego, de falta de oportunidade.

Por isso, meus caros Deputados, gostaria de contar com o apoio de vocês para que possamos, realmente, investir na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, para que possamos colocar a educação como um fator de justiça social, para que os filhos dos trabalhadores, aqueles que não têm as mesmas condições do rico, de colocar os seus filhos numa escola de qualidade, que possamos também fazer através de uma vontade política, essa justiça que tanto queremos para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiro, quero fazer um registro de Audiência Pública que realizamos hoje, na parte da manhã, o Deputado Pedro Ivo, eu e os demais Deputados do Partido dos Trabalhadores. Também estive conosco o Deputado Cheida, sobre as comunidades tradicionais, os faxinais e como desdobramento teremos uma série de atividades, tanto do ponto de vista político como, inclusive, segurança pública. Vamos na sequência, por determinação desta audiência, procurar a Polícia Federal, o Ministério Público e a Secretaria da Segurança Pública para podermos coibir o processo extremamente violento, que está ocorrendo para que estas pessoas percam as suas terras.

Feito esse registro, Sr. Presidente, gostaria de usar a tribuna também para lembrar que hoje os trabalhadores da saúde estão novamente aqui na Assembléia, pela mesma razão que há 3 meses, Deputado Belinati, vêm buscando os Deputados e Deputadas. Continuamos tendo os descontos salariais dos servidores. Apenas para relembrarmos, em março a Secretaria da Educação e da Saúde, determinaram que haveria desconto salarial para 500 servidores. Mas na ficha funcional de cada um deles seriam registradas as faltas dos dias 29 e 30 de março. Não há qualquer explicação plausível do porquê que esses 2 dias foram eleitos.

Em abril, os descontos foram registrados para cerca de 540 servidores. Desta feita, o Governo aplicou o desconto de 1 a 22 dias, sendo que todos haviam trabalhado durante todo o mês. A administração pública implantou o desconto e decidiu que faria o desconto em 4 parcelas. E, somente após implantar o desconto, Deputado Cheida, informou no rodapé do contra-cheque que o desconto foi implantado de forma parcelada. Nos 2 meses, o estado aplicou os descontos como se fosse um sorteio, porque ninguém sabe exatamente porque este ou aquele servidor teve os seus dias descontados, uma vez que ele não foi uniforme. Mais ainda, alguns foram des-

contados, com 5 dias, outros com 10 dias, e outros com 22 dias. E não há como perguntarmos qual o critério, até porque todos, sem exceção, trabalharam pelo menos 6 horas e registraram sua frequência durante todo o mês.

Outro fato, é que alguns servidores tiveram penalidade, estavam usufruindo licença especial, férias, ou licença médica. E ainda assim, tiveram registro de faltas.

Entramos no 3º mês de aplicação dos descontos. Os servidores vivem a mais grave crise financeira, só comparada com a greve de 1991, quando tiveram seus salários cortados. Neste mês o Governo aplicou integralmente os descontos e o resultado é que alguns servidores estão recebendo entre R\$ 70, R\$ 91.

Na análise geral, a conclusão é um só. A administração pública dá um exemplo de como usar a força do estado para derrotar o movimento dos trabalhadores. E nós sabemos quais são as consequências desse tipo de ação num estado democrático.

Hoje, quando esses trabalhadores e trabalhadoras nos procuram novamente, nós que temos buscado, aqui, fazer esse diálogo, Deputado Dobrandino, só podemos, não como paliativo, mas como informe, lhes dizer que ontem, consultando novamente a Secretária Maria Marta, colocamos a ela que continuamos aguardando uma solução que seja negociada, porque quando o estado não informa aos trabalhadores, e falo isso desta tribuna, porque falei pessoalmente à Secretária Maria Marta, na presença do Deputado Dobrandino e o Deputado Curi, quando não são informados os trabalhadores que vão ocorrer os descontos, o estado age não apenas com deslealdade, mas age de forma desonesta, porque não cumpre com aquilo que é a contrapartida laboral dos trabalhadores. Se tivessem sido avisados que perderiam integralmente os seus dias, não há a menor dúvida, teríamos a maior paralisação já vista neste estado, dos trabalhadores da saúde, no seu 1º dia.

Por isso, sabemos que há muito que fazer. Vamos continuar buscando o caminho do diálogo. Nós nos recusamos a entender que a derrota do sindicato e que a derrota dos trabalhadores é o caminho. Não é. O caminho continua sendo buscar o diálogo. Diversos Deputados e Deputadas estão empenhados para que tenhamos isso, mas, sabemos que também vão ocorrer ações judiciais. Elas são necessárias neste momento, porque também é uma das alternativas que temos.

Queria apenas fazer aqui duas denúncias que me parece que são - Deputado Romanelli, desculpe-me interrompê-lo, mas, apenas são duas denúncias que gostaria de fazer, sei que o senhor está empenhado também, junto com o Deputado Cheida em concluir que nós tenhamos uma solução, falou ontem, com a Secretária Maria Marta - mas, vejamos, nós extinguímos o ISEP. O ISEP até este mês continuou realizando o pagamento dos trabalhadores que não existem mais.

Mais ainda, nós temos um hospital, o Hospital do Litoral, que tem um médico com registro cassado pelo

Conselho Regional de medicina. Esse médico continua dando plantões no hospital. Não é possível!

Eu não quero colocá-lo, Deputado Romanelli, absolutamente, em situação de constrangimento. Falo isso como conhecedor que o senhor é pelo empenho que vai ter para resolvermos duas situações. Não é possível que um médico que teve o seu registro cassado continue fazendo plantões! Não é possível que os trabalhadores continuem sendo tratados como se não existissem!

Nós, aqui, o senhor, o Deputado Romanelli, o Deputado Cheida, o Deputado Dobrandino, o Deputado Líder da nossa bancada, que sabe e também tem procurado, Deputado Elton e também outros Deputados e a Deputada Rosane Ferreira. Nós fazemos um apelo que encontremos uma solução negociada. Sabemos da dificuldade, mas não podemos abrir mão, em hipótese alguma, da possibilidade de diálogo. Sabemos que há um projeto de 30 horas para ser discutido, ser apresentado, que pode não ser a solução, mas poderá ser o caminho.

Então vamos procurar fazer, Sr. Presidente, o caminho que conduza o diálogo, assim como acredito, também, que o senhor está empenhado.

Obrigado pela condescendência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres colegas.

O que tenho me batido a vida toda nesses últimos 30 anos, é contra qualquer tipo de injustiça, qualquer tipo de situação discriminatória, seja do rico, seja do pobre, seja do negro, seja do branco.

Chega-me às mãos agora o holerite de um servidor da Secretaria de Estado da Saúde, com o vencimento de R\$ 26,50. Ele foi um dos servidores do nosso estado que teve os seus vencimentos descontados. Deputado Dobrandino, um pai de família que passou por concurso público faz 40 horas semanais e recebeu esse valor. Se ele fosse o único nós poderíamos aqui dizer que talvez fosse um erro do computador, que é sempre insensível e não lê nos olhos das pessoas e muito menos no seu coração.

Esse é um de centenas de casos de trabalhadores que têm reclamado a este Deputado e a vários aqui, que trabalhou e praticamente não recebeu ou não vai ser receber nenhum centavo. Alguma coisa precisa ser feita.

Uma coisa é uma filosofia de Governo que obrigue os servidores da saúde a desenvolverem o seu trabalho na jornada que o Governo acha que deve ser desenvolvida.

Outra coisa, é muito diferente, é o trabalhador que trabalhou a jornada de trabalho, seja ele da saúde, de qualquer lugar, da iniciativa privada ou do serviço

público e não consegue receber os seus vencimentos. Não consegue porque está se instaurando um verdadeiro caos nesta questão pertinente aos recebimentos dos servidores da saúde.

Gostaria de dizer que sou Vice-Líder do Governo, meu Líder Waldyr Pugliesi, que nós enquanto bancada devemos hoje, sem mora, tomarmos uma providência a esse respeito. Está se tentando abrir conversações, está se tentando fazer com que o Governo reveja algumas posições. Esta é uma questão que devemos concordar ou discordar com a posição do Governo. A outra, é o pai de família que trabalhou e não consegue receber os seus proventos, mesmo provando que ele trabalhou. Se cada um aqui tiver que entrar na Justiça para receber os seus proventos, nós estamos perdidos.

Proponho aqui, publicamente, e me manifesto, é uma posição que tomo e assumo que temos que, hoje, sem demora, nos reunirmos com o Sr. Secretário da Saúde e tomarmos uma posição a esse respeito. Não é possível que mais situações como essa continuem ocorrendo. Sou médico, trabalhei durante muitos anos - como muitos aqui que são médicos - para o INSS, recebendo um salário quase que simbólico, mas esses trabalhadores possivelmente só tenham esse emprego e outros profissionais de saúde tem às vezes, 3, 4, 5 empregos para poder se sustentar.

Gostaria de dizer isso e espero que a Bancada do PMDB nos acompanhe, porque tenho certeza absoluta, que tal como eu também os companheiros do PMDB têm a sensibilidade de procurarem resolver não caso a caso, mas em definitivo uma situação que é angustiante, não para mim como Deputado, não para os companheiros de bancada, mas para os pais de família que estão aqui a busca de uma solução há meses e não temos conseguido dar essa satisfação ou pelo menos uma resposta satisfatória.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de me solidarizar com o Deputado Cheida. Também sou médico e vejo com muita ansiedade a situação dos profissionais da saúde. Acabei, no final de semana, recebendo uma comunicação de um dentista que exerce sua profissão na cidade de Irati e ele tem uma carga horária de 4 horas. No entanto, vem-se impondo 8 horas. Precisamos conversar urgentemente com todos os Deputados, mas principalmente com o Secretário da Saúde, com o Governo do Estado, para que cheguemos a um acordo.

Queria aproveitar esta oportunidade, acabo de receber mais uma correspondência do Prefeito de Irati, que diz:

(Lê):

“Irati, 02 de julho de 2007.

Exmo. Sr. Deputado.

É com muita satisfação que agradecemos a Assembleia Legislativa do Paraná por ter aceitado nosso convite para a realização da Sessão Solene alusiva aos 100 anos de Irati. Também agradecemos a relevante participação

desta Casa de Leis no processo de instalação da 2ª Vara de Justiça no município.

Tanto a Sessão Solene como a cerimônia de instalação da 2ª Vara de Justiça acontecem neste dia 04, nas dependências da Câmara Municipal de Irati. Reiteramos o convite aos Parlamentares que constituem a Assembléia Legislativa do Paraná para que se façam presentes em Irati neste dia 04.

A vinda dos nobres Deputados ao nosso município neste momento relevante da história trará muita alegria a todos nós iratienses. Após a solenidade, será realizado almoço de confraternização.

Contamos com sua participação.

Atenciosamente

(a) SERGIO LUIZ STOKLOS

Prefeito Municipal de Irati

Aos Deputados

Assembléia Legislativa do Paraná

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Curitiba/PR

CEP 80530-911”

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer que estes CDs não são do Rasera. Tem gente que ficou preocupado, eu andando com CD, aqui, pensando que é o CD do Rasera. Não tem nada a ver, este aqui não é pirata, este aqui é o original.

Agora, falando em Rasera, coitado do Rasera, não é? Quanto tempo preso! Tem gente que assaltou o Paraná e não deu nada! Tem gente que mata e não dá nada! Tem gente que faz um monte de coisas e o Rasera está lá, não consegue *habeas corpus*. Estranho isto, não? Muito estranho!

Mas, Sr. Presidente, eu brincava com os Deputados que eu estava vendendo CD no plenário e V. Exa. proibiu as vendas na Assembléia. Mas eu o senhor não pode proibir de vender, porque eu sou Parlamentar, não é? Então, eu brincava com os Deputados que eu estava vendendo CDs da Audiência Pública de ontem. Já passei ao Deputado Reni Pereira, o Deputado Elio Rusch também meu pediu. Já vou lhe passar. CDs produzidos pela nossa equipe, que mostra o que aconteceu na Sessão de prestação de contas, ontem. Espetacular! E eu fiz uma cópia, depois peguei meu feeling de radialista e montei 50 minutos, os melhores momentos. É espetacular! É coisa de 1º mundo! O pessoal que quiser comprar, depois passe no meu gabinete, porque estou vendendo o CD de ontem, da prestação de contas que

está sendo analisada pelos técnicos competentes, como proibido. Não posso falar, Sr. Presidente, mas proibido para algumas pessoas.

Enfim, este CD é uma maravilha! Ontem fiquei umas duas horas e meia, sentado com o gravador, editando, puxa daqui, puxa de lá. Consegui fazer com que a resposta do Secretário Arzua fosse respondida! O Secretário Heron Arzua disse aqui ontem que não sabia por quê o Governo do Estado havia comprado aqueles títulos podres e nessa montagem, na técnica do rádio, consegui fazer a resposta, resposta do próprio Dr. Nestor Bueno. Então, o Dr. Heron disse que não sabia e coloquei em seguida o Bueno dizendo que sabia onde estava o dinheiro. Então, é um espetáculo!

Então, até depois, Sr. Presidente, vou passar uma cópia a V. Exa., até porque V. Exa. é o ator principal do CD, porque o senhor abre o CD. Então, é o CD da prestação de contas, que é uma pérola! Vou mandar ao Tribunal de Contas, vou mandar a cada um dos membros do Tribunal de Contas, vou mandar ao Ministério Público, vou mandar esse CD para o mundo, porque é uma pérola e é preciso ser mostrado! Vou mandar para o pessoal do Tribunal de Contas, vou mandar para todo o mundo e não é crime, porque é CD original, é produção aqui da Assembléia, é público e não tem problema nenhum.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz nesta Casa hoje é que recebi aqui as informações sobre o caso daquele menino Caíque, lá de Ponta Grossa, que não conseguiu leito de UTI. E para não surpresa minha, Deputado Marcelo Rangel, o Governo admite que não tinha vaga. Eles são tão ruins, Deputado Marcelo, que escrevem dizendo que tinha vaga, mas se você ler a documentação, não tinha vaga! Eles são tão ruins, são tão incompetentes que escrevem as coisas de um jeito que acho que eles não lêem! Acho que o Cláudio Xavier não leu isto aqui! Ele manda um documento a esta Casa falando do episódio e se você pegar o acompanhamento da Central de Leitos, que é feito pelos funcionários, você precebe que não tinha vaga. Então, eles nem se preocuparam em ler o que mandaram para este Deputado! Tem que saber ler, pelo menos! Pelo menos ler o que vai assinar!

E aí eles dizem aqui que a culpa é do médico de Ponta Grossa, o Dr. Maurício Betinard. Coitadinho do médico! Passou 10 horas em cima do garoto, salvando a vida do guri! O médico é quem salvou esse guri que não tinha UTI e eles querem responsabilizar agora o médico, dizendo que o médico é que errou, que não comunicou! É um show de besteiras! Infelizmente, no Governo acontece isso!

Queria dizer aqui ao pessoal da saúde que vocês são muito valentes. Vocês vão e voltam todos os dias, não têm medo! Acho bacana isso, porque faz parte da democracia. Já mudaram a fachada, sempre com mesma idéia, mas a mídia alternativa, que é para chamar a atenção mesmo, vocês estão de parabéns pela organização! Eu estava vendo no contracheque quanto recebeu o servidor

e eu, sinceramente, custo a acreditar que isso esteja acontecendo no Paraná! Custo a acreditar que tenhamos que estar discutindo algo que já está resolvido, mas que chega no fim do mês e desconta o salário dos servidores da saúde que cuidam do nosso povo. Eu não tenho nem palavras para dizer! Sinceramente não sei o que dizer para vocês, porque desconfiar de quem trabalha!

Quando fui Prefeito baixei também, de acordo com o que determina a lei, mantendo as horas, baixei para a jornada de 30 horas - fiz isso em Ponta Grossa e é lei lá, porque fiz como Prefeito. Quer dizer, rende mais, produz mais, as pessoas produzem mais. A pessoa que está na saúde, toda hora está sujeita a problemas, porque a pessoa, o dia inteiro, trata de saúde! E o maior problema hoje são as doenças. A pessoa que não está bem psicologicamente, passa o dia inteiro atendendo pessoas, também acaba doente! Sei porque atendo gente! Tem dias que nós queremos explodir o mundo, porque todo mundo tem um problema e o servidor é aquele que sempre recebe todos os problemas!

Ele é uma caixa de cacetada da saúde! Então, é importante que isso aconteça. Ficamos tristes porque isso não foi resolvido ainda.

O que nós podemos fazer, aqui, para vocês? Na hora que vier o projeto, vocês têm meu apoio total para baixar, como determina a lei, pode ter certeza disso. Ao mesmo tempo, o que mais podemos fazer?

Eu já aprendi um coisa, aqui nesta Casa, Srs. Deputados, estou aprendendo, tudo que eu quiser fazer vou fazer, de acordo com a lei. Tudo o que eu puder fazer, vou fazer. Tudo o que eu não puder fazer, também vou fazer. Como é que eu vou fazer? Eu vou falar, eu vou escrever nos Anais desta Casa. Tudo que eu puder fazer e tudo que não puder eu também vou fazer. Vou colocar nos Anais aquilo que eu acho que não está certo. Estará inscrito nos Anais desta Casa.

Esses dias, um pessoal meu estava vendo o Diário Oficial, e eu falo todo dia, exatamente, eu falo todo dia para marcar aquilo que sente o povo e aquilo que precisa ser falado. Se alguns não querem ouvir que não ouçam, porque não adianta: a maioria manda e a minoria obedece. Nós vamos fazer nossa parte, não vamos nos entregar, como os valorosos servidores da saúde que estão aqui.

Obrigado, Sr. Presidente!

OS SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta à Liderança do PDT. Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PR/PRB/PV. Democratas.

(Declinam)

Consulta à Liderança do PP. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus; nossa querida colega Cida Borghetti; nosso bebê Ribas Carli; Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, a Sessão foi agitada. Atendendo um apelo do Presidente, ela acabou se encerrando um pouco mais cedo e não deu para ocupar a tribuna em tempo. Gostaria de ter rebatido, ontem, aqui, alguns pronunciamentos que eu entendi como verdadeiros ataques aos sacoleiros. Sacoleiros, principalmente, que vão das mais diferentes cidades do Paraná, de São Paulo, de Minas, de várias partes do Brasil, eles vêm ao Paraná, vão a Foz do Iguaçu, passam a Ponte da Amizade, fazem as suas compras, vão vender em suas cidades, seus estados e, finalmente, eles estão sendo contemplados com uma medida, que é um arranjo, uma costura do Governo brasileiro com o Governo Paraguai.

Parece que a história real é que o Governo brasileiro não tem reajustado as tarifas de energia elétrica da Itaipu Binacional e, como compensação ao Governo paraguaio, porque impedia a ação dos sacoleiros - é um baque para o comércio do Paraguai, baque terrível - resolveram criar essa medida que vai regularizar, regulamentar, permitir a ação dos sacoleiros.

Sr. Presidente, em sua consciência eu fico imaginando que poucos gostariam de trabalhar de sacoleiro, gostariam mesmo de ter um hipermercado, um grande shopping, uma loja estabelecida num grande ponto comercial, mas as pessoas não têm dinheiro. Muitos sacoleiros, homens e mulheres, já de cabelos embranquecidos, não têm emprego no Brasil! É um problema que afeta milhões e milhões de brasileiros. A pessoa com mais de 40 anos de idade, ela não arranja emprego mesmo, pois não tem, e como tábua de salvação, na busca do sustento para si e para sua família, esse pessoal enfrenta essa profissão - virou uma profissão - de ser sacoleiro.

Fico imaginando um coitado que sai de Pernambuco, do Tocantins, de Rondônia, e vem por essas estradas perigosas enfrentando risco de acidente, risco de assalto e, de repente, há toda uma fiscalização para pisar, massacrar a chamar a imprensa e dizer que pegaram ali alguma coisinha, que o sacoleiro estava levando sem pagar imposto.

Não estamos defendendo aqui a ilegalidade, mas que também não venham fazer demagogia, porque neste Brasil, vira e mexe, estamos sabendo que até avião a jato, iate, carros de altíssimo luxo, equipamentos os mais sofisticados no mundo da informática, entram de contrabando, mas a paulada é sempre na goela do sacoleiro. Eles usam o sacoleiro para mostrar que são rigorosos e estão punindo. Coitado do sacoleiro! Fico imaginando, Sras. e Srs. Deputados, um sacoleiro, às vezes viajar 2 dias e duas noites, cruzar estradas tão perigosas e, de repente, aquilo que ele comprou é apreendido.

Quero, nesta oportunidade, louvar o bom atendimento do Governo Federal com o Governo do Paraguai. Vamos legalizar a situação do sacoleiro, sim. Vou ser criticado por isso. Tudo bem! Os grandes comerciantes vão me criticar. Ontem, aqui, infelizmente não vi nenhuma

defesa do sacoleiro. Eu vim para assumir a defesa de uma gente humilde. É muito difícil vermos um sacoleiro milionário, o sacoleiro vive mais tempo na estrada, que com a sua própria família ou no seu próprio lar.

Sr. Presidente, o nosso respeito e os cumprimentos pela legalização, por esse bom entendimento, no sentido de acabar com essa frescura e palhaçada, de ficar se massacrando uma classe humilde! Volto a repetir que eles estão trabalhando como sacoleiros, vítimas dessa crise social e do desemprego, que afeta a milhões de brasileiros, homens e mulheres. A nossa homenagem aos sacoleiros.

Terminando, Sr. Presidente, vejo aqui mais uma vez os nossos valorosos e valorosas servidores da área de saúde do Paraná, com algumas faixas: “Contamos com você, eleito pelo povo, paoO Governo descontou o salário dos servidores da saúde, porque eles não cumprem a jornada exigida ou porque o estado está falido? Humilhação, perda de dignidade e desrespeito, são os sentimentos dos servidores da saúde; em busca da saúde para todos; você, Parlamentar, luta pela sua aposentadoria. Nós, servidores da saúde, lutamos pela jornada de 30 horas; isso é trabalho escravo. Um mês trabalhado, um realzinho de salário.” Parece até piada, mas é verdade. Essa faixa toca profundamente os Srs. e as Sras. Deputadas e seria bom que todos olhassem para aquela faixa: “O número de servidores afastados por motivo de doença aumentou com os descontos. É só conferir.” É lógico! O servidor vive pendurado! Volto a repetir, já que não se resolveu até agora a situação dos servidores da saúde. A maioria dos servidores vive pendurada em cheque especial, em agiota, no crediário em tudo quanto é canto, vive em um sufoco financeiro. Muitos trabalharam e tiveram, mesmo assim o dia descontado pela prepotência, arrogância e falta de humanidade desse Sr. Secretário da Saúde do Paraná.

Quero terminar lendo o manifesto dos servidores da saúde, assinado pelo SindiSaúde do Paraná:

(Lê):

“É de conhecimento geral que os servidores da saúde estão sendo profundamente desrespeitados em seus direitos.

O SindSaúde/PR propôs inúmeras vezes abertura de negociação com o objetivo de aprofundar o debate sobre as especificidades do trabalho na saúde que justificam a jornada de 30 horas semanais.

Intransigente, a Secretaria da Saúde limitou-se a adotar uma condução política que vai da prática da violência moral até os descontos em dias efetivamente trabalhados.

Há 3 meses os servidores estão sofrendo descontos vultuosos em seus salários, inviabilizando a sustentação financeira de centenas de famílias.

Para além dos problemas diretamente relacionados aos servidores da saúde, alertamos também para o fato de que a situação extrapolou e afeta negativamente o atendimento à população. Um exemplo são as chefias que

determinaram o fechamento de unidades nos horários de almoço, fazendo com que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) permaneçam por mais tempo em filas. São pessoas doentes, muitas vezes vindas de municípios distantes, que ficam mais debilitadas em decorrência da longa espera.

Resumindo: a situação imposta pela Secretaria da Saúde somente trouxe prejuízo ao povo paranaense. Na saúde pública, necessitamos de um Governo para apontar as soluções e não para acrescentar problemas.

Mais uma vez reivindicamos uma solução urgente para que essa situação não se agrave ainda mais.

SINDSAÚDE/PR”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomara que terminemos essa novela e que ela tenha um final feliz, que não fiquemos só na teoria, dando tapinha nas costas dos servidores da área da saúde. É preciso que todos nós cobremos e exijamos do Sr. Secretário da Saúde uma solução em definitivo e que seja o fim da falta de respeito com que estão tratando os servidores da saúde e que o Sr. Secretário atenda os servidores e resolva o problema que está afetando, há muito tempo, esta categoria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o PT, Professor Luizão.

Liderança do PT: Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes, servidores da saúde.

Quero em primeiro lugar fazer um comentário, Deputado Belinati, sobre àquela questão que foi levantada ontem em relação aos sacoleiros, porque no fundo, o que está em discussão, é o prejuízo para as empresas paranaenses. Quando você tem um grande número de contrabando de produtos entrando irregularmente no nosso estado e no nosso país - esse Governo é um dos Governos que mais combateu o contrabando - embora entendendo a situação das pessoas que vivem dessa atividade, o Governo Federal está regulamentando essa questão. Então, ele está dando uma solução, não está fechando os olhos para a questão do contrabando. Está dando uma solução, porque uma vez regulamentando, é possível controlar a entrada de produtos ilegais no país e dessa forma, também atender ao interesse das empresas paranaenses que são as mais prejudicadas com essa importação ilegal.

O Governo Federal, também preocupado com o prejuízo das empresas produtoras de calçados e vestuários, implantou uma linha de crédito especialmente para essas empresas. Uma linha de financiamento para favorecer as empresas exportadoras, permitindo a elas uma competição mais justa com os produtos importados.

Vejam, Deputados e Deputadas, na reportagem da Gazeta do Povo de hoje, existe um levantamento sobre

as importações e exportações do Brasil, sobre a situação da nossa balança comercial. Embora pareça que o dólar baixo favorece a importação, veja bem que o que está surpreendendo o Governo e as empresas, são as exportações. A meta para esse ano era 152 bilhões de exportações e o que acontece é o seguinte: nos primeiros 6 meses, essa meta já foi atingida. Nós fechamos o 1º semestre em 149 bilhões em exportações e uma balança comercial super favorável em relação às importações.

As importações, que pode parecer que estamos importando os bens de consumo, produtos supérfluos, muito pelo contrário, apenas 13% do que é importado, são bens de consumo, como por exemplo, produtos que podem concorrer com as nossas empresas, com as nossas fábricas aqui do Brasil. Setenta por cento das importações são bens de capital, são máquinas, equipamentos para produção e matéria-prima, que vêm incrementar nossas empresas brasileiras.

Então, as empresas estão sendo favorecidas com o valor baixo do dólar e isso não tem prejudicado as nossas exportações, muito pelo contrário. A meta que era 150 milhões para este ano, tem que ser revista, porque já foi atingida no 1º semestre deste ano.

Outro assunto que quero comentar como Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores, é a respeito desta polêmica das 30 horas e das 40 horas dos servidores da saúde.

Como é de conhecimento, o Partido dos Trabalhadores tem uma luta histórica em defesa dos servidores e nós temos acompanhado essa discussão, embora em maio, quando foi votada uma emenda que eu defendi que não cabia naquele projeto, saiu no jornal que os Deputados votaram contra os servidores da saúde. Por aquele jornal, o que dá para entender? O que é cobrado de nós? Por isso, as coisas têm que ser bem esclarecidas.

Parece que foi votado um projeto de 30 horas aqui e nós votamos contra, o que não é verdade. Em maio, foram descontados 2 dias e quando fui procurado para colocar uma emenda num projeto de lei que não tinha nada a ver uma coisa com a outra, que era o projeto que reajustava o salário dos servidores de maneira geral, de todos os quadros, eu defendia que aquela emenda poderia prejudicar aquele projeto que previa reajuste salarial para todos os servidores, inclusive da saúde.

Então, naquele momento, eu fui contra colocar aquela emenda que foi a emenda da Rosane Ferreira, que entendeu ser possível e nós achamos que não era possível. Lembra que eu vim aqui na tribuna e ainda disse que se fosse resolver o problema das 30, 40 horas, estava correto! Mas o que aconteceu? Eram 2 dias em maio, mas veio o desconto em junho. Então, os descontos continuam. Não era uma solução para resolver o problema. Nós precisamos encontrar uma solução para resolver o problema, Deputado Cheida e parabéns pela sua colocação aqui na tribuna, porque nós, apesar de ter comentado, esclarecemos naquela oportunidade sobre

aqueles 2 dias, muito claramente, e nós pensamos que a solução definitiva era encontrar um entendimento com o Governo do Estado, porque não é, eu já alerto, não é um projeto, nós temos conversado, inclusive, com o Deputado Tadeu, que tem a intenção de colocar um projeto que não é o projeto que vai resolver isso, vai aparentar uma solução, porque a iniciativa do Legislativo sobre plano de carreira, sobre regime jurídico, o Governador veta, e se manter o veto ou derrubar o veto, os problemas não se resolvem.

Então, Deputado Cheida, quero até pedir aqui ao Presidente Nelson Justus, Presidente desta Casa e que, inclusive, participou das conversas naquela oportunidade, o Líder do Governo, Romanelli, e nós conversamos ontem com a Secretária da Administração para que cessassem os descontos e que nós encontrássemos uma solução definitiva, que se não são 30 horas para todos, mas tem as categorias que já são amparadas por lei federal, e que o desconto aleatório também não vai resolver o problema e os servidores, de fato, já estão fazendo 40 horas.

Então, Deputado Cheida, quero, inclusive, sugerir ao Romanelli, que está dando entrevista, não está ouvindo o que estou falando, e ao Presidente da Assembleia, que encontrássemos, enfim, abrísssemos o diálogo para não ficar nessa tensão, porque desse jeito não vamos resolver o problema, está causando um desgaste muito grande aos servidores, principalmente àqueles que são descontados indevidamente.

Então, o que estou propondo aqui, nós conversamos hoje na Bancada dos Trabalhadores, é uma decisão definitiva, porque o paliativo não resolve, pode agradar, como se fosse aquele projeto aprovado, poderia parecer que iria resolver um problema, mas não resolve. Definitivamente, temos que rediscutir os descontos, as anotações nas fichas, porque os servidores não podem ser prejudicados. Estabelecer de fato, um diálogo a quem cabe as 30 horas e a quem cabe as 40 horas. Um diálogo franco, em que o governo discuta realmente, que converse realmente, porque hoje, infelizmente, não está havendo o diálogo.

Então, quero sugerir, inclusive, Deputado Cheida, que é um Deputado muito respeitado até pelo Governador, é uma pessoa que tem uma ponderação muito grande, que vamos encontrar uma solução definitiva. Façamos aí, sugiro que V. Exa. puxe essa Comissão para que nos sentemos com o Governador e vamos discutir definitivamente a situação dos servidores da saúde, para que possamos encontrar definitivamente essa solução e acabar com a tensão que existe hoje no estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB; PMDB; Liderança da Oposição: Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Indicação nº 197/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Ministro de Estado da Educação, a possibilidade de atendimento à reivindicação dos Vereadores do município de Pitanga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Valdir Rossoni, como membro titular e o Sr. Deputado Marcelo Rangel, como membro suplente da Comissão Especial de Investigação sobre gastos do estado com comunicação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Democratas**) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Ney Leprevost, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ney Leprevost**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Quarenta e sete Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Em votação o Projeto nº 312/07, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral da CCJ. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, fica instituído o Programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação Cultural de Música e Arte de Ponta Grossa, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Federação das Entidades Comunitárias e Associações de Moradores do Paraná - FECAMPAR, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Santa Luzia, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/07, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 593/06, de autoria do Deputado Renato Gaúcho e outros, que institui Plano Facultativo Contributivo e Suplementar aos Deputados Estaduais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 016/07

Curitiba, 26 de janeiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 496/06, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 593/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná instituirá Plano de Previdência Social aos Deputados Estaduais, conforme especifica.

Denota-se que a matéria do projeto de lei em tela carece de normas mais nítidas ao que se refere ao impacto financeiro e, ainda, por não constar o plano de Custeio e de Benefícios que são fundamentais para os cálculos atuariais.

Desta forma, a matéria necessita ser melhor instruída, inclusive com os cálculos pertinentes ao que pretende-se implantar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 593/06, encontra-se publicado no DA nº 144/06, de 12/12/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 032/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei Complementar nº 593/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo criar o Plano Facultativo Contributivo e Suplementar aos Deputados Estaduais.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.(...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi aposto dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em discussão.

O SR. RENI PEREIRA (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só quero, na qualidade de Líder do bloco, liberar a bancada para que cada qual vote de acordo com a sua convicção e o seu pensamento.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o que se está votando neste momento trata-se de uma previdência complementar para Deputados e ex-Deputados. Nós da Bancada do PT, por princípio, nos recomendamos que a sua bancada vote para acompanhar o veto do Governador Requião. Nós respeitamos a posição política dos Pares desta Casa, nós fazemos interlocução com todos os partidos políticos nesta Casa de Leis, agora, o Congresso Nacional está discutindo e deve ter uma mensagem em breve do Poder Executivo para discutir fundos de previdência complementares para todo o serviço público. Queríamos regras mais claras, para que as oportunidades que, se quer gerar para o Parlamento, se tenha para todo o servidor público. Nós do PT, em função do passivo que a Assembléia precisa aportar, em função de que no passado muitos Deputados que estão aqui, lutaram pela extinção do FEPA ou do Instituto de Previdência dos Congressistas, esses instrumentos que na época eram muito cobrados pela sociedade organizada.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

O cronômetro não está ligado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Muito obrigado, Deputado.

Deputado Elton, pode continuar o seu pronunciamento.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Foi no passado extinto o FEPA e foi extinto no Congresso Nacional o Instituto de Previdência dos Congressistas. No meu entender e no entender dos

demais Pares companheiros de bancada, estamos restituindo o FEPA nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Pediria aos Deputados que tomem assento e prestem atenção no orador.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sou um Deputado, com todo respeito que tenho aos Deputados desta Casa, e temos primado por tudo que é positivo para resgatar os valores deste Poder, num momento histórico que vive o país num momento que precisamos tomar decisões tão importantes como essas, no momento que haverá aporte de dinheiro público para criarmos este fundo.

Tenho clareza de que precisamos fazer discussões, leis que criem condições iguais para todos os servidores públicos deste estado. Nós é que somos os legisladores desta questão, nós é que instituímos as leis. Tenho certeza que têm muitos que gostariam de vir aqui se pronunciar. Não quero tirar proveito político, de forma nenhuma, desta questão. Fui Vereador por 2 mandatos e fui reeleito com toda a dificuldade. Não gostaria de ser chamado amanhã ou depois na rua, dizendo que aprovamos uma aposentadoria onde quem está pagando esta aposentadoria, uma boa parte é o recurso público.

Portanto, recomendo em função da recomendação nacional da Executiva do meu partido e da Executiva Estadual do PT, aos companheiros de bancada, que votem pela manutenção do veto e que se estude profundamente, na medida em que outros Pares, quem sabe, acompanhem esse veto do Governador. Sou favorável à previdência complementar, desde que haja uma paridade absoluta e que contemple a todos os servidores públicos, onde é possível fazer com que haja.

Agora, nós criamos, estou vendo que aparenta privilégio, isso. Respeitarei a posição dos demais Pares. Farei esse pronunciamento e também pedirei que, na medida do possível, que os outros Deputados que no passado lutaram pelo fim do FEPA, lutaram pelo fim do Instituto de Previdência dos Congressistas, quem sabe também acompanhem a nossa posição.

O que eu defendo? Defendo que se faça um estudo profundo de instituir uma lei estadual que se crie condições para dar participação em previdências complementares para quem puder ter benefício dela no futuro, instruímos uma lei para nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Deputado Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, senhoras e senhores.

Encaminho essa votação, talvez, de uma forma um tanto que diferenciada do tradicional.

Quando vim para esta Casa, nobres Deputados, acredito ter sido por muito tempo um dos mais preconceituosos cidadãos do Paraná, com relação à política e com relação aos seus políticos. Pensava, Deputado Waldyr Pugliesi, que toda a classe política genericamente era composta de pessoas desonestas, pessoas mal intencionadas, que visavam, única e exclusivamente, os seus bolsos, seus interesses pessoais e nada mais.

Quando aqui cheguei me surpreendi, Deputado Nelson Justus, ao encontrar pessoas que são exemplos de honestidade, de retidão, de preocupação com o seu semelhante, e muito diferente daquela visão errada, de um analfabeto ou ex-analfabeto político, confesso. Ao invés de existirem pessoas que sequer trabalhavam, surpreendi-me com pessoas que integralmente dedicaram suas vidas e seus tempos abnegando-se de família, de filhos, de prazeres da sua casa, para melhor atenderem aqueles que os elegeram. Quando cheguei, encontrei pessoas como o Deputado Waldyr, como o Deputado Caíto Quintana, como o Deputado Basílio Zanusso, e tantos outros, Deputado Artagão, que faltaria tempo para enumerar dos quais presenciei a grande postura, o digno comportamento, como verdadeiros e autênticos representantes do povo.

Claro que se alguém me disser: “Então o Parlamentar quer convencer a sociedade que na Assembléia Legislativa não existem desonestos, ou não existem mal intencionados, não existem aqueles que são negligentes”. Deputado Luiz Carlos Martins, claro que existe! Existe e eu afirmo existir por duas razões: primeiro, porque a Assembléia Legislativa, a exemplo do Congresso Nacional e das Câmaras Municipais, é o reflexo fiel da sociedade. A sociedade tem os seus corruptos, tem os seus desonestos, tem aqueles que visam apenas os seus interesses pessoais, e aqui é o reflexo dessa sociedade.

Então, obviamente que deve existir essa classe também de pessoas.

Além do mais, todo e qualquer segmento organizado é composto de bons e de maus, vemos isso desde o princípio da humanidade. A Igreja, que não deveria ter a figura do mal e perverso, também tem. Vemos estampados nos noticiários e jornais padres pedófilos, pastores corruptos, é a figura do mal inserido no contexto bom. Vemos isso em todos os segmentos, existem os bons políticos, os maus políticos, existem os bons médicos, os maus médicos.

O 4º poder, a imprensa, que reafirmo é o 4º poder, recentemente, por um dos nobres Pares foi mencionada uma figura, um jornalista lotado na Assembléia Legislativa que sequer vem trabalhar, foi comentado isso. Tem bons e tem maus em todos os lugares.

Mas quando aqui cheguei, percebi o grande domínio de pessoas que abnegaram de suas vidas e têm feito até os dias de hoje, dando o melhor de si para a sociedade. Homens como Duílio Genari, eu não sei nem qual é a sua formação antes de ser Parlamentar, mas tenho certeza que quando findar o seu mandato ele

estará completamente impossibilitado de ser inserido no mercado de trabalho, seja o melhor profissional liberal, seja o melhor médico, o melhor advogado, o melhor dentista. Penso que esse fundo ou esse processo de complemento previdenciário é justo, além de ser legal, além de ser funcional, no meu modo de ver, porque ele será a forma de retribuir anos a fio que foram dedicados por figuras como os Parlamentares já citados.

Claro que acho um absurdo que não se possa fazer a distinção daqueles que não vêm trabalhar, daqueles que não cumprem o mínimo das suas prerrogativas como Parlamentares, não vêm à Sessão, são faltosos nas Comissões, mas a lei é para todos.

Penso a razão que motiva de encaminhar favoravelmente, que isso vai quebrar muitos tabus, dos quais eu tinha comigo, eu julgava que o Parlamentar aqui chegando, no dia seguinte ele tinha uma pensão, uma previdência vitalícia. E não é verdade, ao final do seu mandato com esse sistema, como todo e qualquer cidadão ele terá e fará jus a esse direito depois de completado o seu percurso devida, seus 60 anos, que eu acho positivo. Além do mais, como observei, figuras como o Deputado Nelson Justus, Waldyr Pugliesi e outros mais, em quem eu sempre me espelhei e sempre observei o cuidado, a cautela de tomarem determinadas posições, só o fazendo depois que estavam seguros de que estavam amparados na lei, na justiça e também no que era moral.

Srs. Deputados e Deputadas, fiz questão de aproveitar que o Líder do nosso bloco suprapartidário nos liberou, conforme as nossas consciências, para registrar o meu posicionamento a favor do projeto e contrário ao veto e motivar V. Exas. que ainda possuem dúvidas que sigam essa sugestão e votem pela derrubada do veto, consequentemente a aprovação da proposição.

Fica aqui o meu registro, o meu posicionamento, respeitando, fazendo minhas as palavras do Líder do PT, a posição daqueles que pensam diferente de mim. Tenho a certeza que é justo, tenho a certeza que é legal e tenho a certeza que daremos um exemplo para outras Assembleias, outros Poderes no âmbito federal, de que não temos do que nos envergonhar. Se é que há uma dedicação, se é que há uma abnegação, se é que há uma intenção verdadeira em melhor servir a sociedade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Concedemos a palavra, para encaminhar, pela ordem, ao Deputado Tadeu Veneri. Depois, o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, quando fizemos debate aqui no plenário, eu havia dito que não encaminharia o presente

assunto. É porque tenho algumas convicções. Falei inclusive para o Presidente Nelson Justus e para o Deputado Durval Amaral.

O Deputado Elton Welter fez o encaminhamento e eu me sinto na obrigação - até por uma questão de solidariedade ao companheiro - uma vez que muitos dos argumentos que foram utilizados na sua defesa, nós compartilhamos deste entendimento, eu me sinto também na obrigação de vir a esta tribuna e dizer o que eu, particularmente, penso.

Não entro aqui, como bem lembrou o Deputado Edson Praczyk, em questões de mérito, por algumas razões que já deixei claro a alguns dos Srs. Deputados. Não me sinto no direito de fazer patrulhamento, absolutamente de ninguém. Não me sinto no direito e nem tenho a pretensão de fazê-lo, porque esta é uma Casa onde cada uma e cada um dos senhores estão legitimamente eleitos e representando um setor da população, e é obviamente a eles que se reportam quanto às suas ações, aqui dentro, e obviamente também aos seus partidos.

Foi neste sentido que conversamos com o Deputado Elton Welter e demais Deputados do PT, e entendemos que há alguns pontos no projeto que foi aprovado, aqui, em dezembro de 2006, por volta das 20h35, 20h40. Era o item 18 de uma pauta de 17 pontos que estava sendo votada. Eu diria que era uma das últimas Sessões que realizamos. Não era a última, porque no dia seguinte tivemos uma Sessão na parte da manhã, na quinta-feira de manhã e na ocasião já havia colocado ao Deputado Durval Amaral que eu tinha algumas dúvidas e queria votar contrário ao projeto, o que de fato aconteceu. Registramos o voto, respeitando todos os votos dos demais.

Obviamente que com o veto, que acredito não era esperado por ninguém, a situação cria um novo componente. E este novo componente faz com que tenhamos que fazer algumas discussões que ontem, inclusive, foram feitas como Dr. Folador.

Alguns dos pontos que ontem colocamos e eu coloquei para o Dr. Folador, gostaria de acrescentar aqui. Há o entendimento, pelo menos da minha parte, que a Assembleia Legislativa, ao fazer o carregamento, o aporte de recursos no fundo que não é de natureza privada, como foi dito ontem, mas é híbrido, incorre obrigatoriamente numa inconstitucionalidade. Insolúvel, a meu ver.

Por que digo isto, Sras. e Srs. Deputados? A Emenda nº 020, de dezembro de 1998, ao criar 2 sistemas de previdência, inclusive para que pudéssemos ter disciplina no sistema de previdência do Brasil e não tivéssemos desequilíbrios, como vinha ocorrendo constantemente, criou um fundo, que é o fundo público, e que até hoje não foi regulamentado, PL 09, não foi regulamentado porque ao ser regulamentado fará com que todos os trabalhadores, servidores públicos, tenham sua complementação acima daquilo que o teto do INSS paga, até o limite, que é o limite constitucional hoje, o

limite previsto que é do Ministro do Supremo e que alguns inclusive ultrapassam - não tem portanto regulamentação do fundo público. Criou também os fundos privados, que podem ser constituídos por sindicatos, por associações, por cooperativas, como foi dito ontem, pela Assembléia Legislativa e é verdade, mas o fundo privado é regido pelo artigo 173, que diz que os regidos por esse artigo serão trabalhadores com carteira assinada, celetistas portanto.

Entendo eu, então, que nenhuma das duas situações contempla a proposição que ora estamos discutindo e que, justamente por isso, se somam a ela outras dúvidas. Por exemplo, se a Assembléia Legislativa fizer o aporte de 13 milhões, 981 mil, a pergunta que fiz ontem e que continuo sem resposta é por que 13 milhões, 981 mil? Por que não 14? Por que não 12?

Não sei se alguém pode responder! Sinceramente, Deputado Durval Amaral e outros Deputados que estudaram, não sei se alguém pode me responder, porque não 12, 10, porque não 15, porque não 8?

Fez-se um cálculo de 54 mais alguns Deputados que estariam vindo, porque seriam Deputados a partir da 15ª Legislatura. Mas, por outro lado, temos Deputados que poderiam vir desde 1974, que é o que diz um dos artigos do projeto que está sendo discutido e que obviamente entende-se que esse seriam contemplados por valores que não foram recolhidos ao INSS. Acontece que os valores não recolhidos ao INSS são devidos ao INSS inclusive para que os Deputados, ao averbarem o tempo, o INSS cobre da Assembléia como cobra da Câmara, como cobra da Prefeitura, porque a Câmara de Vereadores também não recolhia, mas você tinha o tempo e ao fazer a averbação do tempo, o INSS vai à Câmara fazer com que ela faça a sua contribuição e acredito que o mesmo ocorre com a Assembléia Legislativa, porque esse valor é devido ao Instituto e não ao possível futuro fundo.

E por último, além dessas dúvidas, tenho colocado aos Srs. Deputados, com toda a tranquilidade, com todo o respeito que recebo e que procuro da mesma forma retribuir, que entendo derrubado o veto e aprovado o Fundo, criada a lei complementar através, inclusive, de um projeto de resolução, necessariamente não estaremos com a situação resolvida. E por quê? Ainda é possível que tenhamos ou não a possibilidade muito concreta de 2 questionamentos: um por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e outro por uma Ação Popular. Esse é o entendimento que tenho. Pode estar errado? Pode. Aliás, todos os entendimentos, em algum momento, podem ser confrontados e estarem certos ou estarem errados e é por isso que respeito todas as posições, Sr. Presidente.

Agora, entendo isso e estou fazendo com muita tranquilidade, porque ontem falei e quero reafirmar aqui com todas as letras - para não termos nenhum acirramento, inclusive - que não sou aposentado do Banco do Brasil. Já estive com o Deputado Cheida e com o Presi-

dente ontem à noite, com a oportunidade de trazer aqui cópia da minha carteira profissional e cópia, inclusive, da licença de interesse de 26 de abril de 1999 e exoneração sem justa causa em 27 de abril de 1999, 5 anos depois, porque o Banco do Brasil permitia que durante 5 anos, pelo plano de adequação de quadros, a PREVI recolhesse 5 anos depois. Está aqui a cópia do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal do meu imposto de renda, onde estão especificados os valores resgatados de R\$ 119 mil, 250 reais e 5 centavos que paguei à Casa, que é da PREVI.

Então, tenho muita tranquilidade em dizer isso, porque faço com bastante tranquilidade que haverá entendimento que não pretendo fazer parte do fundo, ainda que seja aprovado - não pretendo nem agora, nem daqui a 2, nem daqui a 3, nem daqui a 5 ou 10 anos. É uma compreensão particular, pessoal e que vem dentro de um conceito, de um debate que fazemos coletivamente. Isso não significa, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, absolutamente, que desejamos buscar a verdade absoluta em um dos 2 lados, significa que estamos fazendo um debate como deve ser feito, com racionalidade e, obviamente, com a maioria prevalecendo.

Eu achava necessário esclarecer essas posições, Sr. Presidente, e na sequência teremos oportunidade de continuar esse debate.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Com a palavra para encaminhar ainda, o Deputado Douglas Fabrício do PPS.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sem nenhuma demagogia, quero deixar bem claro, aqui, para todas as pessoas: a coisa que eu mais respeito, aqui na Assembléia, é o voto de cada um. Como vai ser decidido esse projeto pelo voto, estou oferecendo, junto com outros Deputados, junto com o Deputado Marcelo Rangel, com o Professor Luizão, com a Deputada Rosane Ferreira, com o Deputado Elton Welter e junto com a Deputada Beti Pavin, que já concordaram em assinar este requerimento, que requer ao Presidente formalizar uma renúncia irrevogável e irratável dessas pessoas de adesão a esse projeto, a esse PREVIPAR, porque eu não concordo.

Vou votar a favor do veto, mas não para aparecer. Vou votar porque eu não quero votar. Não quero aderir e por não querer aderir, estou assinando este documento, junto com esses Deputados que eu citei, para que fique registrado e para que, depois, eu não tenha o desgaste político, por exemplo, mas também não tenha o direito dessa aposentadoria, como pode ser chamada, senão, às vezes, eu voto aqui de uma forma, depois passa 1 mês, 2 meses, 3 meses, eu vou lá e falo: agora eu quero! Então, quero ser coerente e agradecer aos outros Deputados que se somaram conosco neste

documento e dizer, mais uma vez, do respeito que tenho por todos os Deputados, por isso que estou fazendo este documento.

Os Deputados que forem a favor do veto e quiserem assinar este documento, está aberto. Eu já procurei alguns Deputados que já assinaram, como eu disse, vou repetir: os Deputados Marcelo Rangel, Professor Luizão, Rosane, Elton Welter, Beti Pavin e o Douglas Fabrício já assinaram. Se tiver mais alguém, estou à disposição.

É este documento que estou protocolando. O Deputado Rossoni vai assinar também, já se manifestou. Se tiver mais algum Deputado que vai votar a favor do veto, se tiver algum Deputado ausente nesta votação e, depois, quiser assinar, vou divulgar aqui em plenário.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Não havendo mais oradores inscritos para encaminhar, ainda há o Deputado Durval Amaral dos Democratas e Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero iniciar cumprimentando o Deputado Douglas Fabrício pela coerência, não votando efetivamente pela derrubada do veto, junto com outros Parlamentares, renunciando expressamente a esse benefício programado que se o veto for derrubado será instituído. Demonstra, efetivamente, a coerência deste Parlamentar e engrandece o Parlamento do nosso Paraná.

Quero dizer que o PREVIPAR foi aprovado no final do ano passado, onde 53 Deputados estaduais são co-autores, não só votaram, como subscreveram. Efetivamente, não podemos cobrar coerência dos novos Parlamentares que estão iniciando os seus mandatos, mas aqueles que efetivamente foram co-autores estão neste momento, Presidente Nelson Justus, votando contra o seu próprio projeto de lei complementar, porque todos eles assinaram.

Ouvi aqui algumas “pérolas” bastante interessantes. Por exemplo, parlamentar na tribuna dizendo que foi extinto o IPC do Congresso Nacional. É verdade. Esqueceu de dizer que a mesma lei que extinguiu, criou um novo fundo de previdência para todos os congressistas: Deputados Federais e Senadores de todos os partidos. É preciso conhecer quando se faz a argumentação. Ouvi Parlamentar dizendo que precisávamos estudar detalhadamente a matéria. Foram estudados os requisitos colocados, 35 anos de efetiva contribuição para a Previdência Social.

O novo instituto do Congresso Nacional também torna essa possibilidade, no novo instituto criado no Congresso Nacional, dizendo porque assim determina a Emenda Constitucional nº 020, tão propalada: *O Deputado Federal, ou Senador, ou suplente, em*

exercício de mandato, que não estiver vinculado ao plano instituído por essa lei, ou outro regime de previdência, participará obrigatoriamente do regime geral de previdência. Estamos colocando aqui suplementarmente, porque estaremos obrigatoriamente vinculado à Previdência Social, porque assim determina a Emenda Constitucional nº 020. Por que suplementarmente? Porque efetivamente esta é uma oportunidade única. Estamos criando e fazendo uma legislação estritamente dentro da legalidade: 35 anos de contribuição efetiva à Previdência Social; no mínimo 60 anos de idade; para as mulheres, 30 anos de efetiva contribuição para Previdência Social, mas tem que ter no mínimo 60 anos de idade, no mínimo 5 legislaturas, 5 mandatos de Deputado Estadual; cada Parlamentar, por ano, vai contribuir com 4,25%, para que ele possa, ao final de 20 anos, multiplicado por 4,35 - é aritmético - alcançar 85%, diferentemente do que existe para os servidores públicos, que se aposentam com 100% da sua remuneração.

Aqui não. Nenhum ex-Parlamentar, quando tiver 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, vai ter o benefício programado igual a sua remuneração, no máximo chegará a 85% de tudo aquilo que ele tenha contribuído, porque se ele não contribuiu, não pode sequer requerer.

Algumas questões mais. Ouvi alguém aqui falando de servidor público, tentando traçar uma comparação, apesar de serem institutos diferentes, quando alguém morre no exercício da função pública, é no instituto que está criado lá no Congresso Nacional - a sua família leva 100% de pensão. Mesmo que lá esteja no 1º ano do mandato, ele leva 100% de pensão. Aqui não. Deus nos livre e guarde, se um Parlamentar falecer ou vier a falecer nos primeiros 4 anos de mandato, a sua família receberá apenas 17% para o seu sustento. Nenhum de nós pode ignorar que grande parte de nossas vidas se concentram nas estradas do estado do Paraná, que estão bem conservadas, à época em que o Deputado Waldyr era Secretário dos Transportes.

Então, não há possibilidade de ter uma remuneração igual a de Deputado Estadual; tem que ter 60 anos de idade; tem que ter 35 de efetiva contribuição; tem que ter 20 anos de legislatura; tem que ter o cálculo atuarial, que está aí colocado.

Claro que era presumível que dos 53 Deputados que foram co-autores, Deputado Luiz Carlos Martins, teria uma coerência de votar agora pela derrubada do veto. E claro que nós tínhamos que dar a possibilidade aos 20 novos Deputados para que pudessem aderir ao plano. Então, uma atitude digna, bonita, como tem o Deputado Douglas Fabrício, que nós temos que louvar, mas não podemos compactuar com a incoerência.

Então, senhores, eu ouvi alguém dizer: “Não, que o Deputado tem um mandato de Vereador e vai levar esse benefício”. Isso é uma imoralidade! Isso não acontece, está expressamente proibido porque a jóia, o

Parlamentar que tem um mandato de Prefeito ou mandato de Vereador, ou de Deputado Federal, obrigatoriamente, está na lei, vai ter que pagar a sua parte e vai ter que pagar a parte da patrocinadora. No mais das vezes, vai se inviabilizar a compra da jóia, mas a Assembleia não vai pagar isso. Aí, eu ouvi alguém dizer assim: “Não, porque não pode ter dinheiro público em um fundo privado”. Vá ler a lei. É público o que estamos criando. Mas, para aqueles que querem ser mais realistas do que o rei, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 26, é muito clara, autorizando, inclusive, a transferência de recursos para entidades privadas mediante lei específica. Ora, bolas! Quem mais do que o Partido dos Trabalhadores, enraizado nas organizações não governamentais, recebe recursos públicos, por que fazem isso? Porque estão cometendo atos de improbidade administrativa? Não, porque estão autorizados por lei específica a fazer.

Então, gente, sem paixão, respeito a posição de cada um, só que o que estamos criando é modelo para o Brasil, é modelo para a Secretaria de Previdência Suplementar da Previdência Social Brasileira e vai ser copiado por muitos estados brasileiros. E eu tenho a convicção absoluta que - pode haver questionamentos? Pode. Mas, eu tenho a convicção que não resistirá nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade, nenhuma Ação Popular, nenhuma Ação Civil Pública derrubar o que estamos fazendo, porque é legal dentro da Emenda Constitucional nº 020 e dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal e, efetivamente, estritamente dentro da lei e mais severo, mais rigoroso do que todo e qualquer Fundo de Previdência Pública ou Privada existente no país. A paridade está mantida e eu tenho a certeza de que os Srs. Parlamentares que votarem pela derrubada do veto estarão agindo estritamente dentro da lei.

Era esse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Há sobre a mesa o Requerimento nº 1946, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Carlos Simões e 1 ilegível, constante do expediente, solicitando ao Sr. Presidente que sejam declinados os nomes dos subscritores ao Projeto de Lei Complementar nº 593/06, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Alexandre Curi, que proceda à leitura dos Parlamentares que foram subscritores do Projeto de Lei Complementar nº 593/06.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(Lê:)

“Ratinho Júnior, Valdir Rossoni, Renato Gaúcho, Ademar Traiano, José Domingos Scarpellini, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Padre Paulo Campos, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Nelson Garcia, Edson Strapasson, Cleiton Kielse, Arlete Caramês, Plauto Miró, Elton Welter, Chico Noroeste, Pastor Edson

Praczyk, Luiz Fernandes Litro, Duílio Genari, Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Artagão Júnior, Natálio Stica, Carlos Simões, Luiz Nishimori, Vanderlei Iensen, André Vargas, Pedro Ivo Ilkiv, Rafael Greca, Aílton Araújo, Nelson Justus, Cida Borghetti, Hermas Brandão, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Reni Pereira, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Caíto Quintana, Mauro Moraes, Marcos Isfer, Antonio Anibelli, Waldir Leite, Miltinho Pupio e Nereu Moura.”

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Ainda sobre a mesa Requerimento nº 1945, formulado por diversos Srs. Parlamentares, constante do expediente, que requerem ao Presidente deste Poder Legislativo formalizar a renúncia irrevogável e irretratável dos subscritores de adesão ao Plano de Previdência.

“Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, regimentais e prerrogativas parlamentares REQUEREM ao Presidente, depois de ouvido o Plenário, que sejam determinadas as providências necessárias à formalização da renúncia que ora fazem, em caráter irrevogável, irretratável de sua adesão ao Plano de Previdência Suplementar aos Deputados Estaduais, desautorizando, desde logo, os descontos em folha, percentual de 15,55% de seus vencimentos mensais. Sala das Sessões, em 03 de julho de 2007. Assinam: Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Elton Welter, Beti Pavin e Valdir Rossoni.”

Está em votação o requerimento subscrito pelos autores. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

O requerimento foi encaminhado à **Comissão Executiva**.

Vamos iniciar o processo de votação da Proposição nº 032/07.

Anunciamos que o processo de votação, em função das alterações que foram feitas pela Emenda Constitucional, se dará através dos Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão votar com a expressão SIM, e os Srs. Deputados que forem favoráveis à rejeição do veto deverão votar com a expressão NÃO.

Informo ainda que de acordo com o artigo 213 do Regimento Interno o veto só será rejeitado pela maioria absoluta dos Srs. Deputados e Deputadas, ou seja, 28 votos NÃO.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu só queria perguntar a V. Exa., que eu me surpreendo ao vê-lo neste momento como Presidente desta Casa, historicamente nos Anais desta Casa, parabéns por assumir a presidência, mas queria perguntar a V. Exa. se haverá justificativa de votos, se pode ser feita agora, por escrito, como vai funcionar a justificativa de

voto, porque alguém pode querer fazer depois. O que determina nesta votação?

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

A justificativa de voto poderá ser efetuada pelo Parlamentar, após o processo de votação, através de manifestação por escrito dirigida a esta presidência.

Quero dizer a V. Exa. que já tive a honra de ter sido 3º Vice-Presidente desta Casa e já presidi muitas Sessões aqui e tenho muito orgulho, Deputado Nelson Justus, de poder estar presidindo aqui esta Sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e nove, Srs. Deputados votarão NÃO, e 8 Srs. Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)
Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Peço que repita os números da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)
Peço à 1ª Secretaria que repita o resultado da votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)
O senhor poderia anunciar o nome dos Deputados que não votaram, porque a imprensa gostaria de saber, para que depois eles requeiram o benefício que eles acabam de não ter coragem de enfrentar a imprensa e a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)
Sua questão de ordem não é procedente. Peço só que a Mesa esclareça qual é o número correto de votantes.
A 1ª Secretaria refez as contas, são 38 votos NÃO e 9 SIM. Alguma divergência em relação a este número?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)
E os ausentes, vamos dar nome aos bois.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)
Se V. Exa. quiser falar os nomes, pode falar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)
O 1º Secretário poderia anunciar para facilitar.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Gostaria que ficasse esclarecido, acho que foi uma votação bem tranqüila. Não vejo nem covardia e nem moralismo. As pessoas tomaram posição como Deputados que são e têm mandato. Nenhum Deputado tem que chegar, aqui, para dizer o que tem que fazer e deixar de

fazer. O Deputado por tantos anos, aqui, não tem o direito para pedir que a Mesa nomine ou deixe de nominar.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Perfeitamente. V. Exa. tem razão, a Mesa não vai nominar os ausentes, já o fez no processo de chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Meus amigos estão pedindo para eu ter calma. Estou calmo, tranqüilo, firme na minha decisão. Só quero pedir aos Srs. Parlamentares que votaram SIM ou NÃO, em nenhum momento eu tripudiei a votação aqui. Mas espero que aqueles que votaram SIM, não quero nem ser herói e nem ser covarde, quero ser um homem respeitando o posicionamento de cada um.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

O Deputado Anibelli fez um pronunciamento, tenho o maior respeito pelo Deputado Anibelli. Em momento nenhum me pronunciei aqui e nem assinei aquela lista de não recebimento, porque no momento que você deixa de votar, você deixa de receber. Isso é público. Agora, não quero fazer nenhum comentário, porque cada um tem o direito de votar, cada um que vem a este Parlamento tem o direito de votar como acha que tem que votar, cada um escolhe o seu jeito de votar. Acho que isto tem que ser respeitado. Respeito a todos os companheiros, aqui, que sempre nos apoiaram. Não fiz nenhum comentário e não fazer. Só vou votar de acordo com a minha consciência e não vou fazer comentário.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Quero convidar novamente o Deputado Nelson Justus para assumir a presidência dos trabalhos, porque nós temos muitos requerimentos para serem votados.

Quero pedir aos Srs. Parlamentares que permaneçam no plenário para que possamos votar os requerimentos e discutí-los.

Agradeço os Srs. Parlamentares por ter tido essa manifestação, aqui, de absoluto respeito a esta presidência nesta votação importante nesta Casa.

Obrigado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1897, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1899, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós somos favoráveis a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam com estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1910, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelos autores.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na verdade esse requerimento já está para discutir, mas esse requerimento é destinado ao Deputado que atualmente exerce a função de Secretário do Emprego e Trabalho, e conversei com ele ainda ontem.

Pediria que os autores do requerimento retirassem esse requerimento e enviassem ao Deputado Nelson Garcia, que poderá responder e informar a esta Casa. É isso que solicito ao Líder da Oposição Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Retirado o requerimento pelos autores.

Requerimento nº 1928, de autoria dos Srs. Deputados Ademar Traiano, Plauto Miró, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Este já está para discutir de ontem, para hoje. Não está?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se na forma...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, no dia de ontem, eu pedi para que se deixasse para hoje, para nós discutirmos. Hoje estou pedindo para discutir, para que nós possamos votar na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Luiz Carlos Martins, ontem ao final, pediu que fosse discutido e nós adiamos na forma regimental.

Aliás, particularmente, acho que a qualquer convite, o Secretário Forte Neto virá aqui com muito prazer, tenho certeza disso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se me permite para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta adiada a discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não, adiado já está, por isso que nós temos que votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim, nós vamos votar agora.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Pois é, mas eu queria na verdade encaminhar na forma diversa no seguinte aspecto: eu encaminharei pela rejeição, mas queria fazer um apelo, porque esse requerimento foi apresentado ontem, depois daquela Audiência Pública, na discussão daquela questão dos empréstimos de Curitiba.

Quero dizer que V. Exa. está coberto de razão. Podemos, enfim, acordar uma data, convidar o Secretário Forte Neto, que virá aqui ou neste plenário, ou no plenário, ou nas comissões, e poderá discutir esse tema. Não é necessário que nós façamos uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Posso afirmar as V. Exas. que o Secretário Luiz Forte Neto gostaria de vir aqui. Se for para convocar, vamos colocar em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Posso encaminhar o requerimento. Esse requerimento é uma decisão das lideranças dos partidos da Oposição. Se V. Exa. adiar a votação serão reunidos os líderes e será tomada uma decisão. Eu não me sinto legitimado em tornar nenhuma decisão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à votação do requerimento.

Nós vamos requerer a convocação do Secretário Forte Neto para que compareça a esta Casa. Está em votação o requerimento. Srs. Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. **Aprovado!**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados favoráveis ao requerimento: 20 Sr. Deputados favoráveis.

Srs. Deputados contrários ao requerimento: 18 Sr. Deputados contrários.

Está aprovado o requerimento!

Requerimento nº 1948-A, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1943 e 1944, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1947, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, com apoio do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1934, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1938 a 1941, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1948, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta presidência gostaria de reiterar o convite aos Srs. Deputados para uma Sessão Solene na cidade de Irati, na manhã de amanhã, às 10h00, por proposição do Deputado Felipe Lucas, em comemoração ao centenário da fundação da cidade. Nós teremos uma Sessão Solene em conjunto com o Tribunal de Justiça e diversos Srs. Deputados. Sairemos daqui da Assembléia, teremos condução para todos os Deputados que queiram acompanhar, razão pela qual deixamos de realizar a Sessão de amanhã. Amanhã a Sessão será em Irati.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 163, 385, 410 e 437/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 312 e 427/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 248, 278, 351 e do Projeto de Resolução nº 010/07.

Levanta-se a Sessão.

